

A CONSTRUÇÃO CIVIL EM AVEIRO, 1860-1930

NOTAS PARA A SUA COMPREENSÃO HISTÓRICA

MANUEL FERREIRA RODRIGUES *

(ISCIA – Aveiro)

1. A pertinência do estudo da construção civil

O sector da construção civil agrupava, durante o período considerado, um leque de profissões muito diversificado: carpinteiros, marceneiros, estacadores, serradores, calafates, cabouqueiros, adobeiros, pintores, trolhas, pedreiros, alvenares, canteiros, estucadores, picheiros, ferreiros, serralheiros e serventes. Eram indiferentemente denominados «carpinteiros», quer os mestres, quer os operários que faziam estruturas e vigamentos, soalhos e revestimentos, portas e janelas, escadas e balaústres, carros e carroças, barcos e palheiros, e até diverso mobiliário de madeira. Tal como nos séculos anteriores, essas tarefas eram realizadas por um mesmo indivíduo, um «carpinteiro», à frente da sua equipa¹. Essa escassa divisão de trabalho não deixaria de se fazer sentir na estrutura empresarial do sector, como se verá.

A designação de «carpinteiro» era, também, sinónimo de mestre-de-obras e «empreiteiro de obras». A palavra «empreiteiro» designava todos os que aceitavam empreitadas, quer fossem carpinteiros, canteiros, mestres-de-obras, serralheiros ou construtores navais. Os que se dedicavam exclusivamente à construção e empedramento de estradas eram, na documentação compulsada, os «empreiteiros de obras públicas». A imprecisão terminológica é evidente, pelo menos até à 1.ª Guerra Mundial; num mesmo documento, o empreiteiro é referido tão-só como tal, mas pode ser indicado, também, como «artista», como «carpinteiro», ou ainda como «mestre-de-obras» (Cfr. Quadro VI). Foi assim, pelo menos até à década de 1930, quando começa a correr o termo «construtor civil», como sinónimo de empresário de construção civil.

Sendo o grupo sócio-profissional mais heterogéneo, os «carpinteiros» eram também o grupo mais numeroso, ultrapassado, em número, apenas pelo dos pescadores. Segundo a imprensa local do final de Oitocentos, a construção civil é a «arte predominante na massa operária da cidade»². Uma muito sumária análise dos assentos de casamento, nas duas freguesias da cidade de Aveiro, no último quarto do século passado, confirma aquela informação: os «carpinteiros» estão presentes em cerca de 14% dos registos, os pescadores em 18% e os marnotos apenas em 8%. Como se vê, a construção (mesmo sem a inclusão dos adobeiros e dos trabalhadores das cerâmicas de construção) ocupava cerca de metade da mão-de-obra atraída pela pesca e pela produção de sal, os dois esteios económicos e sociais da região, neste período.

Os indicadores indirectos referidos são semelhantes aos elementos disponíveis para outras áreas geográficas. Num estudo sobre a evolução e a estrutura empresarial da construção residencial em Lisboa, no mesmo período, Álvaro Ferreira da Silva diz que a construção civil ocupava cerca de 26% da população industrial activa, em 1930, e cerca de 5% da população activa total³. De facto, como sublinha este autor, «seja pelo volume do emprego que mobiliza, seja pelo

valor do seu produto, os dados disponíveis situam a construção entre os maiores sectores de actividade». Se outras razões mais não houvesse, ficaria demonstrada, assim, a pertinência de um qualquer estudo sobre construção civil e explicadas as razões da escolha deste tema quando se pretende conhecer a natureza do tecido social e empresarial da região, no período considerado.

Mas, apesar da sua grande importância, sabemos muito pouco sobre a construção civil em Portugal, em diversas épocas. Tal como sublinha José Amado Mendes, apesar de já dispormos de algumas achegas sobre determinadas temáticas correlatas, «a história da construção civil está praticamente toda por fazer»⁴. As razões desta situação são inúmeras, mas creio que a mesquinha consideração social dos construtores civis, nas últimas décadas, terá contribuído para esse quase «esquecimento».

Com este estudo pretendo contribuir para um melhor conhecimento económico, social, organizativo, técnico e cultural da construção civil, entre as quatro últimas décadas de Oitocentos e as três primeiras deste século, muito embora me cinja apenas ao espaço geográfico de Aveiro e concelhos envolventes.

2. Fontes utilizadas

O presente trabalho tem como fonte principal um conjunto de contratos de empreitada ou ajuste de obra – cinquenta e quatro ao todo – celebrados perante os notários da cidade, e que integram actualmente o fundo notarial do Arquivo Distrital de Aveiro. Trata-se de uma fonte rica em informação sobre o mundo da construção civil, mas de utilização problemática, dado tratar-se de uma «amostragem» imperfeita da actividade deste sector. A inexistência de dados como as séries de licenças de construção que Álvaro Ferreira da Silva compulsou inviabiliza qualquer análise quantitativa da evolução da construção na região ou na cidade, bem como a volatilidade do sector – entendida como «a existência de grandes variações do investimento da construção consoante as conjunturas»⁵.

O Arquivo Histórico Municipal possui apenas um livro de licenças de construção de obras particulares, mas que apenas cobre o período que medeia entre 1902 e 1914. Mesmo este parece não reflectir a realidade histórica, pois os valores desse rol não condizem com os dados recolhidos por amostragem nas actas das sessões da Câmara Municipal de Aveiro. Os projectos, cartas e requerimentos do Arquivo de Obras, integrado (mas não organizado ainda) no Arquivo Histórico Municipal de Aveiro, não permitem estudar senão a última década do período considerado, fornecendo, de forma avulsa, elementos para a compreensão da construção, entre 1917 e 1920.

Os importantes dados do *Anuario Commercial de Portugal*, entre 1905 e 1930 – apesar das imprecisões e omissões, mais abundantes antes de 1920 –, não permitem a confirmação ou negação dos elementos disponíveis referentes aos anos anteriores. Dão uma ideia do incremento da construção no período do pós-guerra, quando se inicia a urbanização da Avenida do Dr. Lourenço Peixinho.

Complementarmente, foi utilizada informação diversa, inédita ou já referida de forma isolada em trabalhos anteriores.

As características e diversidade das fontes referidas impuseram, assim, outras metodologias e, obviamente, resultados diferentes, dificilmente cotejáveis, pelo menos para já, com o que se passava na Capital, no período analisado.

Foram excluídos desta contagem os contratos de empreitada de carpintaria para escolas e estabelecimentos comerciais, embora tenham sido incluídos no Quadro V, como foi levada em conta a informação útil à problemática em apreço, neles contida. De fora ficaram os contratos de fornecimento de pedra, empedramento de estradas, etc.

A contabilização e estudo dos contratos para edificação de jazigos de família, nos cemitérios da cidade e da região, justifica-se pela natureza desse *mundo-espelho*⁶ que é o cemitério, pelas flagrantes similitudes entre a «cidade dos mortos» e a «cidade dos vivos»⁷, como pela continuidade das técnicas construtivas e materiais ali utilizados.

3. Os contratos de «ajuste de obra» – natureza e evolução

A leitura dos documentos permite afirmar que o processo legal de edificação se processava do seguinte modo: os proprietários dos solos procuravam um desenhador ou arquitecto que lhes executava o projecto, que, em alguns casos, teria de ser aprovado pela Direcção das Obras Públicas; obtinham seguidamente a necessária autorização camarária, indicação dos alinhamentos, etc., em conformidade com as posturas em vigor, restando, depois, contratar um construtor – por licitação ou não – e levá-lo ao notário, vinculando-o às condições estipuladas no projecto. Na maioria dos casos, porém, o contrato era verbal. O recurso ao contrato notarial foi a excepção.

Algumas vezes, as obras tinham início ainda antes da obtenção da licença⁸. Uma das actas das sessões da Câmara Municipal de Aveiro, de 11 de Dezembro de 1916, dá indicações sobre a atitude da Direcção do Município face à construção no espaço do Concelho. Essa atitude explicará o desacerto das fontes compulsadas no tocante ao número de licenças concedidas, como fornece dados para a análise dos contratos de empreitada. Na referida acta lê-se que «a Câmara quando se tratar de casas térreas de pouca importância fora da cidade ou sede de freguesia poderá dispensar o projecto». Noutra passagem, testemunhando o crescente protagonismo da Câmara no ordenamento do espaço urbano, afirma-se que a Direcção do Município tem o direito de alterar os projectos «em atenção à *estética* do local», sem que os requerentes tivessem direito a indemnização alguma⁹.

Atentemos, pois, na natureza dos documentos referidos. Os contratos de empreitada inventariados possuem uma estrutura simples. Perante o notário apresentam-se o encomendante (ou um seu procurador), o mestre-de-obras (algumas vezes acompanhado da mulher) e um fiador deste(s). Após a identificação dos outorgantes, é explicitado o objecto do contrato, bem como as diversas condições da sua aceitação mútua. Depois, é identificado e confrontado o espaço onde irá ser erguido o novo imóvel, são explicitadas as condições (enumeração das cláusulas mais importantes constantes dos cadernos de encargos e memórias descritivas) e os prazos de construção (com indicação dos valores das indemnizações pelo não cumprimento dos mesmos), o custo global da obra e as modalidades de pagamento (número e valor das prestações como se vê no Quadro V). Antes mesmo da identificação das testemunhas é a vez de o fiador se declarar disposto a responder, com os seus bens, por qualquer quantia de que o construtor, ou por incumprimento de prazos ou por contravenção do estatuído no projecto, venha a tornar-se devedor.

A maior parte dos contratos arrolados (76%) reporta-se a obras de raiz. Quando o empreiteiro tinha de fornecer saber, mão-de-obra, instrumentos e materiais, as empreitadas eram denominadas de «lavors e materiais». Menos frequentemente, os proprietários tomavam para si a tarefa de fornecer aos mestres-de-obras os materiais necessários, na sua totalidade ou maior parte deles (normalmente a pedra, areia, madeiras ou os adobes), mas algumas vezes reservavam para si o fornecimento do azulejo das fachadas, portões ou grades de ferro forjado, tintas, fechaduras e dobradiças, estuques e betumes. Há um caso em que se percebe bem a forma como esse relacionamento se processava: «[...] que o dono da obra será obrigado a fornecer todos os materiais necessários para a obra sendo sempre requisitado pelo empreiteiro com a antecipação de quinze dias». Quando o proprietário fornecia todos os materiais – o que raramente acontecia – estávamos perante um contrato de «toda a mão-de-obra», isto é, o construtor apenas era incumbido de concretizar a obra em estrita obediência ao estipulado no projecto, primeiro, e confirmado no contrato, depois.

Sensivelmente a partir de 1905, as cláusulas contratuais, com discriminação das obras a realizar, condições de execução, materiais a empregar e técnicas a aplicar, vão sendo paulatinamente simplificadas. A diversificada informação das escrituras anteriores vai dando lugar a simples e estereotipadas remissões para os projectos arquitectónicos, cadernos de encargos e memórias descritivas. Também estes documentos, a avaliar pelos exemplares existentes no Arquivo Histórico Municipal de Aveiro, foram adoptando, progressivamente, uma linguagem mais técnica e científica.

Nos 54 contratos de «ajuste de obra» inventariados (*Cfr.* Quadro I) predominam as obras particulares, nomeadamente casas de habitação (geralmente com um ou dois andares) e os jazigos de família. Nas actas das sessões da Câmara de Aveiro como nos processos do Arquivo Histórico Municipal predominam os pedidos de casas térreas. Registam-se apenas duas encomendas do Estado (a carpintaria do liceu local, em construção no final da década de 1850, e o empedramento de uma estrada), quatro de juntas de paróquia (as obras das capelas de Oliveirinha, Cacia, Angeja e Alquerubim) e uma de um grupo de aveirenses responsável pela erecção do pedestal da estátua de José Estêvão.

QUADRO I – AJUSTES DE OBRAS, 1850-1930

DÉCADAS	CASAS	JAZIGOS	OUTROS	TOTAIS
1850-1859	–	–	1	1
1860-1869	2	–	1	3
1870-1879	2	2	1	5
1880-1889	6	2	4	12
1890-1899	3	–	–	3
1900-1909	19	7	1	27
1910-1919	3	–	–	3
1920-1929	1	1	–	2
Totais	36	12	8	54

As habitações são, maioritariamente, vivendas unifamiliares ou palacetes urbanos, regra geral, como referi antes, com um andar e quintal, para residência dos promotores e suas famílias. Não estamos, por regra, perante a construção de prédios de rendimento. Em nenhum dos casos o promotor é um construtor civil, embora outras fontes comprovem algumas excepções. Como disse, apenas foi celebrado um contrato para a edificação de um conjunto de casas certamente para aluguer. Trata-se da construção de cinco casas contíguas, iguais e baratas. O seu promotor é uma proprietária do Porto, com raízes e interesses na região.

Contudo, ficam por dilucidar completamente as razões por que houve lugar a celebração de contrato notarial nos 54 casos registados e nos restantes isso não se verificou. Devido à falta de segurança dos capitais investidos pelos proprietários? Receio de arrastamento indefinido das obras? Um dos aspectos constantes nos contratos é a severa penalização dos construtores por cada dia de atraso da empreitada. Noto que nas arrematações, pelas mesmas razões, o pagamento de um depósito ou fiança de valor elevado era obrigatório¹⁰. Sublinho também que, em alguns, as duas partes tinham um bom relacionamento, como parecem provar outras fontes. Assim, questiono-me: por que razão não foram acautelados notarialmente (ou como foram) os elevados valores em jogo na edificação de prédios que ainda hoje se conservam na cidade?

Um dos documentos, de 16 de Novembro de 1906, explicita algumas das razões desse procedimento excepcional. Ali faz-se referência expressa ao «contrato verbal», o tipo de contrato mais frequente. Nesse caso concreto, só depois de a obra se ter iniciado «por contrato verbal» é que as duas partes selaram notarialmente o referido contrato verbal, «para os *efeitos legais e mútua segurança*».

4. A evolução da construção civil em Aveiro

A imprensa local dá da evolução da construção, especialmente na primeira década deste século, uma ideia um tanto empolada, devido, por certo, ao forte contraste com o panorama dos anos anteriores. O facto de muitos dos notáveis da cidade terem construído os seus palacetes, nesses anos – alguns deles com elementos da gramática decorativa Arte-Nova nas frontarias –, terá decisivamente determinado o olhar e a adjectivação da imprensa local¹¹. De facto, entre 1902 e 1908, foram concedidas mais de 500 licenças de construção, das quais, perto de uma trintena, referentes a moradias de notáveis da cidade e da região (Cfr. Quadro II). A cidade transformou-se num verdadeiro estaleiro.

Por acaso ou não, é nesta década que se celebra o maior número de contratos, período em que se assiste a uma acentuada desruralização do espaço e da paisagem urbana (início do fim das montureiras, dos esgotos a céu aberto, dos rebanhos em trânsito pela cidade, etc.) iniciando-se uma fase nova na vida da cidade, que se prolongaria pelas três décadas seguintes, culminando com a abertura e urbanização da avenida ideada por Lourenço Peixinho, entre os últimos anos da 1.ª Guerra e a década de 30. Efectivamente, foi em 1919 que Lourenço Peixinho propôs a construção da avenida que teria o seu nome, na mesma altura em que se iniciam os esforços para dotar a cidade de iluminação eléctrica¹².

Em 1905, o *Campeão das Províncias* dizia: «[...] a febre das construções, que não diminui, coloca em embaraços os proprietários e mestres-de-obras. Há falta de alveneres, carpinteiros, etc. e muito principalmente de pintores»¹³. No

ano seguinte, condenando o «estado vergonhoso» dos inúmeros casebres ainda existentes na cidade, o mesmo periódico afirmava: «vai tomando uma feição mais civilizadora, pois, ultimamente, têm sido construídas casas de bela aparência, como são as dos Srs. Francisco A. da Silva Rocha, distinto director da Escola Industrial, Alfredo de Castro, Eduardo Vieira, Manuel Marques da Silva, etc.»¹⁴. Em 1908, o mesmo periódico adianta: «A nossa terra entrou num período de radical transformação, modernizando-se a olhos vistos, e apresentando construções de edifícios particulares de muito bom gosto e efeito»¹⁵. Mesmo no bairro piscatório, até aí com casas térreas apenas, vão construir-se casas sobradadas¹⁶. E acrescenta o articulista com entusiasmo: «Em Aveiro, ainda há poucos anos não havia um único edifício particular que se recomendasse pela sua beleza arquitectónica».

Para o referido jornal, perante tanta azáfama na construção civil, a cidade ia «tomando outro aspecto, ainda que muito vagarosamente»: «Nos últimos tempos fizeram-se já algumas construções que denotam bom gosto e novidade. Haja vista às habitações do Sr. Silva Rocha e António da Costa, na Rua do Carmo. E a estas vem juntar-se a nova edificação que o capitalista, Sr. Mário Belmonte Pessoa anda realizando no Rossio, e que é o que de mais moderno e característico se tem feito em Aveiro»¹⁷.

Nas sessões da Câmara Municipal de Aveiro é proposta a numeração dos prédios, são convidados os «habitantes da Cidade a prepararem as frontarias das suas casas e a removerem os entulhos acumulados, de modo *que a cidade tome um aspecto à altura de uma capital de distrito*, onde decerto vem afluir grande número de visitantes por ocasião dos próximos festejos do centenário de José Estêvão [1909]»¹⁸.

Sublinho que, nesta altura, é aberto o Canal de S. Roque, são rasgadas novas ruas, na cidade e no concelho, e surgem outras unidades fabris, importantes para o desenvolvimento da região, e que parecem testemunhar, no seu conjunto, alguma conexão entre urbanização e industrialização. Disso são exemplo o aparecimento da Empresa Cerâmica da Fonte Nova, concorrente da Jerónimo Pereira Campos & Filhos, a Fábrica de Moagem dos Santos Mártires e a Fábrica de Asfalto, em 1903; a Fábrica de Chocolate, a Fábrica de Gasosas e Pirolitos e a Fábrica de Lixa Luzostela, em 1904; e a Fábrica de Louça dos Santos Mártires, em 1905, entre outras de menor significado económico¹⁹.

Vejamos outras informações disponíveis sobre o crescimento da construção civil nos quinze anos que antecedem a 1.^a Guerra Mundial, uma vez que, nem a imprensa local, nem as escrituras de contrato de empreitada dão elementos seguros para uma correcta compreensão do fenómeno nesse período.

Os valores do Quadro II, respeitantes à concessão de licenças de construção, são bem diferentes dos registados no Quadro I, embora os anos de 1913 e 1914 sejam inferiores aos dos anos anteriores. Para 1915 faltam valores posteriores a Agosto. Até esse mês tinham sido concedidas apenas 37 licenças. Se lhes acrescentássemos a média mensal dos dois anos anteriores, multiplicada pelo número de meses em falta, poderíamos concluir que, em 1915, terão sido concedidas entre 55 e 60 licenças de construção, o que evidencia claramente uma tendência decrescente, mas bem diferente daquela que os valores do Quadro I patenteiam. Mais impressionante – e inexplicável com os elementos disponíveis, a menos que admitamos um erro dos registos de concessão de licenças – é o decréscimo verificado de 1902 para 1903, embora tal não se tenha verificado nas construções de orçamento mais reduzido. Note-se que é nos anos

de 1907, 1908 e 1909 que é construído o maior número de palacetes e casas de orçamento mais significativo, facto que não escapou, como se viu antes, aos observadores coevos.

QUADRO II – LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO, 1902-1914

ANOS	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914
Total	148	108	108	80	82	85	84	90	83	87	88	65	76
> 1\$000	21	33	23	14	31	31	34	31	24	21	27	23	26
> 2\$500	7	6	6	2	5	20	12	17	9	4	3	8	7

FONTE: AHMA, *Registo de licenças de construções* [...], liv. 1466.

Na segunda linha do Quadro II temos a evolução das construções sujeitas ao pagamento de 1\$000-2\$500 réis para obtenção da licença. Na linha seguinte, dá-se conta da evolução da construção dos «palacetes», pois trata-se de um conjunto de edifícios com taxas iguais ou superiores a 2\$500 réis. São, afinal, as casas dos «notáveis» da cidade e do concelho, como se pode ver pela análise dos seus nomes.

O decréscimo verificado após 1912 é, por certo, conexo como a contracção demográfica, a instabilidade política e a emigração registada especialmente nos primeiros anos após a instauração da República.

A distribuição das médias das licenças mostra um compreensível pico nos meses mais quentes, especialmente entre Julho e Outubro, atingindo, nesse período, cerca do dobro dos valores registados nos meses com menor número de licenças.

QUADRO III – MÉDIAS MENSAIS DAS LICENÇAS, 1902-1914

MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
LICENÇAS	66	67	92	89	110	95	117	151	125	147	82	76

FONTE: AHMA, *Registo de licenças de construções* [...], liv. 1466.

Para os anos de 1919 e 1920 existe uma relação de *Requerimentos entrados na Repartição de obras*. Esse documento refere a existência de 195 e 205 requerimentos, respectivamente. Enunciando um crescimento muito significativo, os valores *supra*, referem-se, não a construções de raiz, mas, sobretudo, a beneficiações de casas já existentes, nomeadamente o acrescento de um ou mais pisos, a construção de uma platibanda, a abertura de uma porta ou janela, conforme mostram os inúmeros processos (a maioria?) de pedidos de autorização para fazer obras.

De qualquer modo, importa sublinhar que os anos 20 revelam uma situação bem diversa. Os quadros construídos com a informação dos anuários comerciais (Cfr. Anexo I) patenteiam um significativo incremento da construção civil, como contribuem decisivamente para a fixação da terminologia. O número de indivíduos ocupados nas diversas actividades correlacionadas com a construção

civil quase duplica. Em alguns casos triplica, mesmo. Concomitantemente, ensaia-se uma especialização, a que não fica alheio o comércio de equipamento e matérias-primas. Nos anos 20 surgem novos produtos. A publicidade a tintas (Tintas Ripolim), papéis pintados e produtos eléctricos invade os periódicos. Surgem, em número significativo, as representações, sucursais e depósitos de produtos vários como cimentos, ferros, vidros, cal e mosaicos. Mesmo na marcenaria, cujos produtos eram, até então, vendidos nos locais da sua execução, passam a ser cada vez mais expostos em estabelecimentos comerciais concebidos para o efeito.

5. Os proprietários dos prédios construídos

Os documentos compulsados informam muito pouco sobre os promotores das empreitadas. Vejamos o que foi possível averiguar. Exceptuando as juntas de paróquia, os promotores das obras são na sua maioria os proprietários do solo, socialmente tidos como «proprietários», designação vaga e lata, atribuída cada vez menos a quem vive de rendas, abarcando cada vez mais quem possui bens imóveis e granjeou estima social. Há apenas referência à actividade profissional de quinze proprietários: seis «negociantes», dois lavradores, um «comerciante», um notário, um ourives, um bancário, um relojoeiro, um empregado nas Repartição das Obras Públicas e um funcionário do Banco de Portugal.

Tirando dois residentes em Lisboa, três emigrados e a já referida proprietária do Porto – que não seria a única a construir em antecipação à procura –, todos os proprietários encomendadores residiam em Aveiro ou nos concelhos envolventes.

Sublinho que os proprietários são promotores apenas de uma única obra, muito embora, pelas razões já referidas, isso não signifique que não houvesse proprietários de vários prédios de habitação ou de rendimento. Numa das actas das sessões da Câmara de Aveiro, de 1 de Março de 1888, Domingos João dos Reis é referido como «*proprietário de um grande número de casas já construídas no bairro do Conselheiro Queirós*»²⁰. Os anuários comerciais identificam-no como negociante de madeiras. Mas a análise dos nomes dos peticionários das licenças concedidas, entre 1902 e 1914, mostra que em alguns casos o mesmo proprietário possui mais do que uma ou duas casas edificadas então. Mais evidente parece ser o caso do comerciante Alfredo Esteves Ferreira, que pagou 9\$000 réis de licença, o valor mais extraordinário de todos os registados, entre 1902 e 1914²¹. Outro caso é o projecto de um grupo de quatro casas da firma Casimiro da Silva & C.^a, na Avenida Bento de Moura²².

Pela sua importância, tanto na economia da região como no imaginário da época, sublinho a presença nesta relação de três emigrantes, «capitalistas», residentes ou regressados de Luanda, Califórnia e Brasil. Encomendam os prédios mais caros, mais sumptuosos e tecnologicamente mais evoluídos. Essas escrituras são, por isso, excelentes catálogos das soluções técnicas disponíveis, como, a título de exemplo, se mostra no Anexo II. Tornam-se notados e admirados pela sua filantropia, pela intensa actividade em prol do melhoramento das condições de vida nas suas terras de origem. Um bom exemplo é o do promotor da construção do hospital de Alquerubim, concelho de Albergaria-a-Velha, ao enfatizar os seus desígnios filantrópicos, afirmando que desejava «beneficiar com um hospital a freguesia de Alquerubim, onde nascera».

6. Os arquitectos

Só muito excepcionalmente são nomeados os autores dos projectos, não havendo qualquer outra informação além dos seus nomes, normalmente quando o arquitecto é testemunha do contrato entre as duas partes, ou quando, de passagem, é referido o autor do desenho do prédio a construir.

QUADRO IV – ARQUITECTOS, 1905-1930

ARQUITECTOS	1905-1910						1911-1920										1921-1930									
	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
Jaime Inácio dos Santos			*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Carlos Mendes						*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*									
Francisco Silva Rocha														*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*

FONTE: *Anuário Commercial de Portugal*, vol. II, 1895-1930.

Sublinho, antes da simples enumeração dos casos registados, que só muito excepcionalmente é que se procedeu a pontuais alterações aos projectos originais.

No contrato referente ao hospital de Alquerubim, o texto refere o autor do risco da obra, o Director das Obras Públicas deste Distrito de Aveiro, Eng. António Ferreira de Araújo e Silva. O responsável por uma grande parte dos projectos da cidade no século XIX, João da Maia Romão, desenhador e arquitecto da Câmara Municipal de Aveiro e professor do Liceu local, é referido como o autor de dois projectos: em Abril de 1883 desenha um jazigo e, em Janeiro de 1885, uma casa de habitação. Francisco A. Silva Rocha, director da Escola Industrial e Comercial de Aveiro, é referido, de passagem também, como o autor três projectos: uma casa de habitação e de dois jazigos²³.

Nesses dois últimos documentos, Silva Rocha é indicado como o fiscal da obra. No último, é indicado, igualmente de passagem, o nome de Ernest Korrodi. Tinha em seu poder o desenho da escada principal da casa, o que confirma os dados disponíveis sobre a parceria que o arquitecto suíço tinha com o professor Silva Rocha²⁴. O Arquitecto Jaime Inácio dos Santos é referido como autor do projecto de uma casa nas Rossadas, em Esgueira, em 30 de Dezembro de 1907, e será provavelmente o autor de um outro em cuja escritura, de 31 de Dezembro de 1912, é nomeado.

Além dos nomes referidos importa acrescentar o de Firmino de Sousa Huet, José de Pinho e, especialmente, o de Carlos Mendes. Em 1908, este último fez publicar o seguinte anúncio: «Carlos Mendes. Premiado pela Academia das Belas-Artes. Ensina desenho e pintura em casa dos alunos, em Aveiro e arrabaldes. Encarrega-se de fazer projectos para edificações, medições, orçamentos e plantas de terrenos. Rua do Gravito»²⁵.

Embora os documentos de arquivo ou os anuários não indiquem outros nomes, a imprensa local dá conta de um número superior de indivíduos a projectar na cidade. O facto de Carlos Mendes não ser referido antes de 1910 é um bom exemplo dessas omissões. De facto, este arquitecto projectou pelo menos uma casa antes daquela data, a casa de habitação e estabelecimento comercial de Albino Pinto de Miranda, em 1908.

Nos casos dos edifícios públicos, mercê da morosidade e da burocracia imperantes, os projectos eram geralmente concebidos por um arquitecto ou um engenheiro e alterados posteriormente ou entregue a outros a direcção da obra. Em 1898, dizia o *Campeão das Províncias*: «O edifício do Terreiro [Governo Civil], destinado às repartições públicas da cidade, vai crescendo. A obra é habilmente dirigida pelo Sr. Bolais Mónica, sob a inspecção inteligente do Sr. João da Maia Romão»²⁶. Este edifício teve um projecto de 1888, da autoria do Eng. José Maria de Melo de Matos. Posteriormente, o director das Obras Públicas do Distrito, Dinis Teodoro de Oliveira, introduziu-lhe algumas alterações»²⁷.

7. Os mestres-de-obras

As escrituras referem a existência de 32 empreiteiros, «carpinteiros» ou mestres-de-obras. Mas outras fontes, nomeadamente os anuários comerciais, testemunham a actividade, na região, de alguns mais, nomeadamente em Aradas e Esgueira. Em nenhum dos casos inventariados esses construtores são promotores de alguma das obras realizadas, embora dois deles tenham solicitado autorização para construir por duas vezes, pelo menos.

A documentação compulsada dá conta de uma enorme dispersão empresarial na construção civil. Predominava uma grande quantidade de micro-empresas de estrutura familiar. Assim, não espantará que, durante o período analisado, não se tenha constituído formal e legalmente nenhuma sociedade no sector da construção civil. Há apenas, já em 1927, uma sociedade em nome colectivo, entre três canteiros, para a exploração de «uma oficina de cantaria em granito». Não é por acaso que se trata de uma sociedade entre três irmãos, com um capital social diminuto, de 24 contos dividido em partes iguais²⁸.

No entanto, as escrituras de ajuste de obra dão notícia da existência de pelo menos duas sociedades, embora sem existência legal. O texto de uma escritura de 1870 refere como mestre-de-obras, Manuel Baptista Ferreira e seus sócios. Também os irmãos Pereira Campos, nomeadamente João Maria e José Pereira Campos, terão trabalhado em sociedade, embora o texto notarial de Novembro de 1883 não explicita essa situação.

Alguns apelidos evocam verdadeiras dinastias de construtores civis, como é caso dos Pereira Campos, que atingiram, depois, justa notoriedade no domínio da indústria cerâmica, ou dos Costa, de Águeda, construtores de escolas e estradas²⁹, dos Bolais Mónica, que se notabilizaram na construção naval, dos Raposo que fizeram os mais notáveis tectos estucados da região. Em 1891 havia um único estucador na cidade: Manuel Martins Raposo. A partir de 1924 são referidos Francisco, Jerónimo, João, Manuel e Ramiro Martins Raposo! Sublinho que, nesse ano, além desses cinco, são listados mais seis outros, entre os quais o mestre-de-obras António Augusto da Silva.

Característica determinante para a compreensão da actividade deste grupo é a sua escassa divisão de trabalho, embora se assista a uma progressiva especialização de algumas das dinastias, nomeadamente nas actividades que exigiam uma aprendizagem mais demorada. De qualquer modo, sublinho que faziam depender os seus rendimentos da dedicação a um sem número de negócios, que iam da construção civil propriamente dita, à compra e venda de madeiras, pedras e cimentos, à limpeza ou calcetamento de ruas, etc. Inúmeros testemunhos, dispersos pela documentação do Arquivo Histórico Municipal, confirmam a

asserção. Os anuários comerciais confirmam os dados de arquivo. Pelo menos desde 1920, os canteiros António de Freitas e Eduardo Barbosa vendiam materiais de construção. O mesmo se passava com outros profissionais. Entre os pintores, alguns havia que se dedicavam, quer à pintura da construção civil, quer à pintura a óleo e em azulejo, sendo outras vezes douradores, fingidores e decoradores, muito embora esta última actividade tenha ficado, nos anos 20, quase exclusivamente a cargo de pintores cerâmicos como Carlos e Gervásio Aleluia.

Muitos destes indivíduos detinham uma elevada consideração social (confirmada pelo casamento com filhas de proprietários), mercê dos papéis de relevo desempenhados em associações, irmandades e juntas de paróquia. Muitos conseguem amealhar o suficiente para adquirirem propriedades que lhes davam acesso ao título de proprietários³⁰. Alguns enriquecem. António Augusto da Silva e José Maria Branco das Neves Aleluia pedem licença para edificação de dois palacetes, sendo referidos como «proprietários»³¹. Outros, como Francisco António das Neves – quando morre, a mulher e a filha são referidas como jornaleiras³² – não conseguem sair de uma situação de miséria em que sempre terão vivido.

As escrituras chegam a um tão elevado pormenor que permitem pensar que o construtor se foi tornando num mero executor da obra delineada com extremo cuidado pelo arquitecto³³, no entanto era frequente deixar determinados pormenores ao gosto dos empreiteiros.

Mas os aspectos mais vezes referidos prendem-se com a qualidade dos materiais utilizados, com a solidez e acabamento das obras. Essas preocupações faziam com que os proprietários tomassem um conjunto de medidas para verem garantidos os seus direitos, como a fiscalização dos trabalhos durante o seu decurso. No final, a obra era sujeita à aprovação, condição necessária para o pagamento da última prestação. Esta prática verifica-se a partir da década de 1880.

Desde essa década, lê-se nos contratos que, «depois de concluída, a obra será examinada por dois peritos para ser aprovada, um nomeado pelo empreiteiro e outro pela encomendante, e um terceiro para desempate a contento de ambos»³⁴. Esses fiscais eram normalmente mestres-de-obras, mas também há referência a outros profissionais com esta incumbência: os arquitectos, como se viu, e engenheiros. Em 9 de Setembro de 1877 faz referência a um «engenheiro-fiscal».

Vejam os que diz, a este propósito, um contrato de 10 de Março de 1903: «o empreiteiro responderá pela segurança e solidez do prédio nos termos do art.º 399.º do Código Civil, e também pelo bom acabamento da obra, cuja execução será fiel ao desenho e memória descritiva, salvo o caso de qualquer alteração que as duas partes combinem por escrito. Sexta: a obra será fiscalizada pelo senhorio ou seu representante, os quais poderão entrar nela sempre, sem embargo do empreiteiro, e será no final vistoriada e entregue nos termos da condição décima oitava da memória descritiva»³⁵. Noutra escritura pode ler-se sobre este assunto: «que a obra será fiscalizada por Máximo Henriques de Oliveira, casado, carpinteiro, desta cidade, e que vigiará a perfeição e acabamento de todos os trabalhos interiores e exteriores da mesma obra, bem como a qualidade de todos os materiais que nela forem empregados, podendo mandar desmanchar, para ser de novo feito, tudo que ele julgar necessário ou por não cumprir o que se acha designado na referida planta e memória descritiva ou por serem de má qualidade os materiais empregados».

As medidas cautelares fazem com que o empreiteiro, pelo menos num caso, se veja obrigado a hipotecar duas propriedades³⁶.

Nas arrematações era frequente o recurso à subcontratação de alguns serviços. Embora menos repetidamente, também se verifica esse procedimento na construção residencial. Um dos contratos, de 3 de Outubro de 1905, é testemunho dessa prática: «[...] que o empreiteiro, para os diferentes trabalhos, especialmente os de madeira, *contratará* artistas competentes e de boa execução»³⁷. O carpinteiro João Tavares de Oliveira que tomara «por arrematação na Direcção das Obras Públicas deste distrito a construção do edifício para as escolas de ambos os sexos», contratou com o carpinteiro Joaquim Nunes Génio a realização de «todo o serviço de mão-de-obra de toda a carpintaria do referido edifício».

Os livros de despesas das obras da Câmara de Aveiro, que mostram o número de trabalhadores sob a direcção de um mestre-de-obras – equipa que raramente ultrapassava os 6-10 trabalhadores –, os tempos de duração do trabalho e os níveis de remuneração, confirmam os dados disponibilizados pelos documentos notariais: dominava o trabalho de natureza oficinal, a cooperação entre companheiros.

Embora a criação do ensino industrial de Aveiro, em 1893, tenha introduzido mudanças significativas na formação dos construtores civis – a Escola de Desenho Industrial é o centro difusor das correntes artísticas como das inovações tecnológicas mais recentes –, persistiam as técnicas tradicionais e os comportamentos corporativos. O associativismo de classe mais militante no início deste século tinha a sua raiz em profissões que exigiam uma aprendizagem quase corporativa. Ora o grupo sócio-profissional mais dinâmico nesse período é precisamente o da construção civil. A Associação de Classe dos Operários da Construção Civil e Artes Correlativas, fundada em 1899, organiza as festas do 1.º de Maio, nas duas primeiras décadas deste século, um 1.º de Maio de características de natureza interclassista e corporativa³⁸.

8. Os materiais utilizados

Ainda que de forma irregular, a documentação fornece um conjunto de dados importantes para a compreensão da construção civil na região, noutros domínios, como sejam os das técnicas e dos materiais utilizados. Atentemos nos mais frequentemente utilizados, fornecidos pelo comércio local ou pelos recoveiros em trânsito entre Aveiro e o Porto.

8.1. A falta de pedra em Aveiro

Aveiro não possui pedra, o que a torna, pelo seu custo, um elemento de ostentação e diferenciação social, como explica algumas das características das técnicas construtivas locais.

Foi a escassez de pedra que levou à destruição da muralha que cintava uma parte da cidade. Já para a edificação do Teatro Aveirense, além da pedra que restava da muralha medieval³⁹, foi utilizada a pedra da capela de S. Jorge de Esgueira, mandada demolir pela Câmara, «a fim de aplicar a pedra para a construção do teatro desta cidade»⁴⁰.

Tal como nas centúrias anteriores, no século XIX e início do actual, a pedra mais comum provinha das pedreiras de Eirol, utilizada na construção de

alvenaria, torres, aquedutos e represas, em obras públicas e particulares. Chegava à cidade de barco. Pinho Queimado testemunha essa prática já no Séc. XVII: «estes edifícios com que a vila se enobrece, as casas sumptuosas dos particulares, quase todas, dizem os antigos, feitas de pedra que lhes veio do mar, pois não se acham pedreiras tão perto pela terra»⁴¹. Até o calhau rolado era trazido de barco para as mais diversas obras, onde integrava as paredes exteriores. Para as obras municipais, nomeadamente para a construção de estradas, há referências frequentes ao pagamento do transporte de muitos «barcos de calhau», como «ao levantamento de calhau em Santiago»⁴². Aníbal Gomes Ferreira Cabido confirma a documentação de arquivo: «No concelho não há minas; somente tem a pedreira chamada da ponte da Rata, da freguesia de Eirol que produz *grés vermelho* sistóide que foi muito empregado na construção das obras da barra da cidade de Aveiro»⁴³.

Para a construção do Quartel de Cavalaria 10, em 1885, a par do granito e do grés duro de Eirol, foi também utilizado xisto de Canelas⁴⁴.

A pedra calcária – mais procurada para os cemitérios, palacetes e obras públicas – vinha da região de Coimbra (Ançã, Outil e Portunhos). Os chafarizes da cidade, no último quartel de Oitocentos, foram construídos com pedra proveniente de Outil⁴⁵.

Os contratos de fornecimento de pedra indicam Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga como as regiões fornecedoras de pedra granítica consumida em Aveiro e seu arco. Daquela primeira localidade veio o granito, por exemplo, para o liceu local. Para as obras da capela de Oliveirinha, em 1869, o granito foi adquirido na região de Santa Maria da Feira⁴⁶. Para as obras do Quartel de Cavalaria 10, o granito veio da região de Albergaria-a-Velha⁴⁷.

8.2. O domínio absoluto do adobe na construção

A inexistência de pedra na região criou condições para o sucesso da madeira de pinho, abundante na região, e do adobe – materiais que detêm um domínio quase absoluto na construção local, especialmente em obras de orçamentos reduzidos ou de natureza industrial⁴⁸. Já na Idade Média, «os telhados eram cobertos de telha, assente em vigamento de madeira»⁴⁹. Nas paredes só excepcionalmente se utilizou exclusivamente tijolo. O mosteiro de Jesus e demais edifícios públicos parece terem sido alguns desses raros casos⁵⁰.

O adobe torna-se, de facto, o material de construção por excelência, abundante e barato⁵¹, inviabilizando a expansão da produção industrial de tijolo nas fábricas da região, quase limitadas à produção de telha de Marselha. Mesmo nas três primeiras décadas deste século, o adobe era muito usado em alicerces e paredes exteriores, tendo imensos defensores, apesar das reprovações dos higienistas. Como se pode ver no Anexo I, o número de «fabricantes» de adobes aumentou de forma significativa, especialmente nos últimos anos da década de 20. Esse número esquece os particulares que faziam adobes para a construção de pocilgas e outros usos domésticos.

No início do Século, dizia José Soares a propósito do uso dos adobes na construção em Aveiro: «aquele material não é dos melhores, porque além de absorver muito facilmente a humidade, seca muito dificilmente; alguns edifícios têm sido construídos com pedra, mas hoje pode dizer-se que é uma excepção»⁵².

No início da década de 20, o já referido professor e arquitecto Francisco A. da Silva Rocha, que também foi membro do Conselho de Administração da importante empresa cerâmica fundada por Jerónimo Pereira Campos, utiliza adobe em vez de tijolo na construção da casa de Francisco Homem Cristo. Em 1915, na construção da fábrica de lixa Luzostela, é utilizado igualmente o adobe. Mais tarde, em Setembro de 1921, essa mesma fábrica compra 6.000 adobes, por 1 380\$00, a António Joaquim de Pinho, «fabricante de adobes», de Esgueira⁵³.

A produção de adobes ocupava, assim, um elevado número de indivíduos, em Esgueira. Em 1883, é encomendada uma casa «com adobes de cal e areia daqueles que se costuma fazer na freguesia de Esgueira»⁵⁴ e outros documentos deste século fazem igual exigência. O *Anuario Commercial de Portugal*, repetia, ano após ano, que, em Esgueira, o fabrico de cal e adobes, ocupava «diariamente para cima de 500 pessoas», em Esgueira, divididas por várias empresas também sem existência legal. Estes testemunhos são confirmados pela observação das ruínas dos inúmeros edifícios demolidos na cidade e arredores. Produzia-se igualmente adobes na freguesia de Eirol e em Aveiro, no lugar da Presa. De Esgueira era também muito estimada a areia, boa para traçar com a cal no fabrico de argamassa.

A cal, essencial para o fabrico de adobes, era trazida por carreiros e mesmo pelo caminho de ferro, do concelho de Oliveira do Bairro. Armor Pires Mota afirma que, «quando a cal começou a entrar no fabrico dos adobes e no seu assentamento, os fornos de cal ganharam o estatuto de grande indústria em todo o concelho [de Oliveira do Bairro], empregando muita mão de obra assalariada, nomeadamente no século passado e primeiras décadas do presente, com especial relevo à volta da sede do concelho, onde pelo caminho de ferro se carregavam vagões de cal para Estarreja, Esmoriz, Ovar e até para o Porto, não falando nos muitos e felizes carreiros que transportavam os produtos a terras mais próximas, como Aveiro, Cacia, Ílhavo, Eixo, Eirol e Águeda»⁵⁵. Nas obras do Quartel já referido foi aplicada cal fornecida por Manuel dos Santos Pato, do Troviscal, Oliveira do Bairro⁵⁶.

8.3. A telha e o tijolo

Os poucos tijolos utilizados nos archetes, padieiras, ombreiras ou colunas foram produzidos em fornos tradicionais mesmo até meados deste século, em freguesias do concelho com forte tradição cerâmica, como Eixo, S. Bernardo e Aradas⁵⁷. Na escritura de 22 de Janeiro de 1885, diz-se que «a telha que tiver de empregar-se nestas obras será dos fornos de Eixo». Em 1904, nas obras de um jazigo, o tijolo a empregar seria igualmente «comprado nos fornos de Eixo».

A telha de tipo marselhês é usada nas casas mais ricas, a par de outros ornatos cerâmicos nos beirais, abas e cumes. Todas as casas de maior orçamento fazem uma referência expressa à cobertura dos telhados com telha de tipo Marselha. Até à fundação da fábrica de Jerónimo Pereira Campos, essa telha vinha do Porto.

O facto de num dos documentos se exigir que a telha a utilizar fosse fabricada em Portugal permite inferir que, não sendo frequente, havia quem a adquirisse no estrangeiro, nomeadamente em França. Esse testemunho é confirmado pelos protestos indignados da imprensa republicana local, em 1915, contra a preferência que muitos consumidores davam às telhas de importação, em detrimento da produção local⁵⁸.

8.4. A utilização de cimento em Aveiro

Vejamos agora alguns dados sobre o cimento. Numa das escrituras, com data de 13 de Setembro de 1877, pode ler-se: «[...] o cano que recebe as águas do mesmo telhado por detrás da platibanda, bem construído ou vedado, rebocado todo a *cimento Portland* com areia fina». Trata-se da mais recuada referência à utilização de cimento Portland na região. Em 1883 há uma outra alusão ao uso do mesmo cimento: «Para a abóbada do sarcófago da capela e archetes dos gavetões serão construídos com tijolo da melhor qualidade [...], sendo revestido com cimento de Portland»⁵⁹.

Estes testemunhos provam que, mesmo importado, o cimento Portland era conhecido, bem antes do início da produção como do seu uso generalizado no nosso país. Só a partir da primeira década deste século é que se generaliza a utilização do referido cimento nas obras da cidade de Aveiro, vendido em barricas pela empresa cerâmica fundada por Jerónimo Pereira Campos. Em 1907 esta firma anuncia a venda de cimento da marca Tenaz: «Cimento Portland Tenaz. De qualidade superior, garantido e mais barato que os cimentos ordinários. É esperada por estes dias na Barra de Aveiro a chalupa 7.º Machado, com carregamento de cimento em barricas de 150 kg [...]. Descontos [...]. À descarga do navio, preço especial»⁶⁰. Em 1908, já os documentos referem a utilização do cimento nos pavimentos de pisos térreos de casas e armazéns, ladrilhados ou não.

Os *cimentos naturais*, produzidos em Alcântara, desde 1866, e no Cabo Mondego, desde 1884, vendiam-se por todo o País, fazendo concorrência aos produtos estrangeiros, apesar da sua medíocre qualidade⁶¹. O *cimento clínquerizado* ou *cimento artificial* – que o pedreiro inglês Joseph Aspdin, seu descobridor, baptizou com o nome de *cimento Portland* – teria começado a ser produzido em Portugal, apenas em 1890 ou 1894, num forno vertical em Alhandra⁶². Pouco depois, em 1896, era atribuída a primeira patente portuguesa sobre a construção em betão armado a François Hennebique⁶³. Em 1899, a revista *Indústria Portuguesa* publicava um extracto do discurso de Hennebique perante a Sociedade Científica Industrial de Marselha⁶⁴.

8.5. A utilização do azulejo

Apesar da enorme importância que a produção de azulejos tem na região, as referências à sua utilização nos contratos referidos são muito raras. Em 1857, eram aplicados os primeiros azulejos de fachada na cidade, conforme se pode ler em *O Campeão do Voriga*: «Agora começou a moda do azulejo. Há um ano, não havia uma casa que o tivesse. Os proprietários contentavam-se com pinturas a cola. Apenas apareceram os primeiros tijolos [*sic*] na casa do Sr. [Sebastião de] C. de Lima, ao Carmo, todos quiseram por azulejo»⁶⁵. Dez anos depois, a fachada da igreja da Misericórdia vestia-se de azulejo azul e branco estampilhado, fabricado no Porto e aplicado por operários da Cidade Invicta⁶⁶.

Tal como a telha, também o azulejo de revestimento de fachadas de edifícios, públicos e privados, vinha do Porto e de Sacavém. O uso do azulejo generalizar-se-ia nas décadas seguintes, depois do nascimento das diversas unidades cerâmicas da cidade e da região, especialmente no período imediatamente antes e depois da 1.ª Guerra Mundial⁶⁷.

Os documentos parecem sugerir que a tarefa de colocação do azulejo ficaria sempre fora dos contratos, por se tratar, por certo, de um trabalho a executar por trabalhadores especializados.

9. As técnicas construtivas

A documentação fornece um conjunto muito variado de informações sobre as técnicas em uso na construção civil na região, no período analisado, embora nada possamos saber sobre a maquinaria e os instrumentos utilizados. Em algumas escrituras a informação disponível chega a um grande detalhe, mercê do facto de os proprietários quererem assegurar a maior qualidade dos materiais e técnicas construtivas ou o cumprimento das indicações dos arquitectos, mas, apesar de tudo, apenas é possível uma enumeração fragmentada de procedimentos correntes.

Os alicerces eram, ora de pedra, ora feitos de «adobes ao través». Também «ao través» deveriam ser colocados os adobes das paredes até ao primeiro travejamento, «e deste sítio para cima, assentes ao comprido». Na escritura de 19 de Abril de 1905, diz-se que «os caboucos serão levados à profundidade necessária para garantir a estabilidade do edifício, sendo examinado pelo fiscal da obra, sendo aqueles de pedra até à altura da segunda sapata, excepto as fundações das divisões interiores, que serão apenas de pedra até à altura da primeira sapata». Numa outra escritura, de 14 de Dezembro de 1907, essa indicação é mais explícita: «os caboucos terão a profundidade de 70 cm, e a espessura será de igual medida, e isto até ao travejamento». Na escritura de 15 de Setembro de 1904, exige-se o acabamento dos alicerces ao fim de três meses.

Em 1885, um projecto recomenda a utilização de asfalto nas paredes «com espessura suficiente para não deixar transmitir a humidade». Não se sabe se esse procedimento ainda era corrente nos anos seguintes.

No contrato da obra da capela de Oliveirinha, em 1869, a Junta de Paróquia exige assistir à mistura de cal e areia, não podendo qualquer mistura de cal «levar mais que três de areia». Mas essas proporções variam muito. Na edificação de um jazigo, em 18 de Junho de 1883, a argamassa teria de ter «sempre duas partes de areia e uma de cal»; noutros podiam ser adicionadas cinco partes de areia!

Os vigamentos, regra geral de cerne de pinho, tinham 10 cm de espessura e cerca de 20 cm de alto. A armação do telhado de uma casa, em 13 de Setembro de 1877, levava quatro asnas ligadas por duas terças por forma a dar passagem em todo o pavimento do sótão. Nessa mesma obra exige-se que os tectos sejam estucados, lisos os dos quartos e pelo menos com um florão no centro dos tectos das salas de visitas e de jantar.

Os pés direitos, do solho ao forro do tecto, tinham geralmente cerca de 3 metros. As paredes interiores eram geralmente pintadas «fingindo mármore».

No domínio da carpintaria, para além das madeiras, há indicação dos ornatos, número de dobradiças e fechaduras, medidas das janelas, estilo arquitectónico (no caso do liceu, as janelas deveriam ter «bandeira no gosto gótico»), produtos para pintura das madeiras («óleo cor de chocolate»). Os soalhos eram pregados «sem vista de prego».

As portas exteriores ficavam pintadas à cor da madeira ou pintadas de «verde Paris», enquanto a caixilharia e janelas ficavam em branco. As pinturas

levavam três ou quatro demãos de tinta. Na obra de marcenaria e carpintaria de um estabelecimento comercial, na Travessa da Rua dos Mercadores, em 10 de Abril de 1878, a pintura de toda a obra, de pinho comum, seria feita «com uma mão de cola e duas de óleo a fingir nogueira e envernizada, menos o forro da loja que será pintado a branco com duas mãos a óleo».

Há indicação de que as ferragens começam, pelo menos a partir de 1902 a ser fixadas com parafusos. Será efectivamente assim? As portas continuam a ser cerradas com fechaduras de embeber com trincos para muletas de porcelana branca, em alguns casos.

As pinturas das madeiras interiores eram fingidas e as paredes interiores muitas vezes pintadas com várias demãos. Na escritura de 8 de Abril de 1885 diz-se que «toda a obra [seria] pintada a quatro mãos de tinta, depois de lixada, fingida e envernizada. Toda a vidraça que se empregar será grossa».

As salas de visitas e de jantar eram rodeadas de um cuidado suplementar. Eram ali aplicados os melhores materiais e os estuques mais decorativos.

Esquemáticamente, as plantas colocavam geralmente as salas de visitas e de jantar voltadas para a rua, unidas às cozinhas e copas, voltadas para as traseiras, por um longo corredor ao longo do qual se acedia aos quartos. Numa escritura diz-se que a casa teria uma sala ligada à cozinha por um corredor, cinco quartos – dois de um lado do corredor e três do outro –, uma outra sala e uma despensa.

10. Outros aspectos referidos na documentação

Os documentos compulsados fornecem muitas outras informações. Relevo um aspecto de natureza mental e cultural, muito frequente então.

Algumas escrituras explicitam claramente os «modelos» das obras ajustadas: «Que todo o trabalho interior compreendendo estuques e madeiras será feito pelo segundo outorgante [o construtor] em conformidade com o seguido na casa de Rosa Marcela, sita no Largo do Cojo, desta cidade, *que se escolhe por modelo, devendo ter igual acabamento e perfeição*»⁶⁸. Noutra obra, com projecto por certo da autoria de Silva Rocha, diz-se: «Servirá de tipo na execução dos trabalhos e suas dimensões, no interior, a casa de habitação actualmente ao Senhor [Frederico] Saporiti Machado, sita na Rua do Carmo, e de tipo dos trabalhos exteriores os respectivos desenhos e peças escritas»⁶⁹. Na edificação do hospital de Alquerubim, «as carpintarias seguirão o tipo das da casa da Escola de Alquerubim, menos quanto ao envidraçamento das enfermarias, que serão persianas, tipo quartel de Cavalaria 10, desta cidade de Aveiro»⁷⁰.

Mas neste domínio são os jazigos que melhor explicitam essa atitude de emulação e mimetismo social. Numa escritura diz-se: «que este jazigo há-de ser construído com o material próprio e *em tudo igual ao jazigo de família do General Quaresma*, no cemitério público desta cidade, o qual, *para todos os efeitos legais, fica sendo modelo do que se vai construir*. Que todas as medidas, interior de capela ou jazigo, e grade da porta de entrada serão em tudo iguais ao jazigo de família do General Quaresma referido»⁷¹. A mesma exigência é feita por outra proprietária de Pardelhas, Murtosa, que pretendia erigir, em 14 de Fevereiro de 1905, um jazigo de família «em tudo igual ao jazigo de família do General Quaresma».

QUADRO V – CONTRATOS DE EMPREITADA. AVEIRO, 1860-1930

DATAS	OBJECTO DOS CONTRATOS	LOCAIS	CUSTOS	PAGA	PRAZOS	PROPRIETÁRIOS	RESIDÊNCIAS
1856.04.15 ¹	Carpintaria do Liceu	Aveiro	7 080\$000	3 ×	12 meses	Estado	—
1865.01.05 ²	Casa de habitação própria de um andar	Sarrazola	300\$000	3 ×	17 meses	José de Bastos	Sarrazola, Cacia
1869.01.15 ³	Reparação e ampliação da Capela	Oliveirinha	1 365\$000	3 ×	18 meses	Junta de Paróquia	Oliveirinha
1869.06.07 ⁴	Casa de habitação própria	Aveiro	—	—	—	Manuel da Silva Palavra	Aveiro
1870.10.16 ⁵	Capela do Espírito Santo	Cacia	1 600\$000	—	—	José Pedro Nunes	Cacia
1876.01.23 ⁶	Capela ou jazigo de família	Aveiro	400\$000	3 ×	8 meses	Sebastião de Carvalho Lima	Aveiro
1876.05.05 ⁷	Acabamentos de casa de um andar ⁸	Eixo	60\$000	—	—	Vicente Coelho de Magalhães	Eixo
1877.09.09 ⁹	Capela ou jazigo de família	Aveiro	475\$000	4 ×	6 meses	D. Gracinda de Carvalho e Silva	Aveiro
1877.09.13 ¹⁰	Casa de habitação própria de um andar	P. da Rata	1 170\$000	3 ×	21 meses	João Pedro Amador	Ponte da Rata
1878.04.10 ¹¹	Armação de uma loja	Aveiro	250\$000	1 ×	3 meses	João Coelho de Almeida	Aveiro
1880.09.06 ¹²	Reconstrução da capela da igreja matriz	Angeja	499\$000	4 ×	—	Junta de Paróquia	Angeja
1881.01.27 ¹³	Casa de habitação própria de um andar	Eirol	550\$000	3 ×	16 meses	Manuel Rodrigues de Abreu	Eirol
1881.05.26 ¹⁴	Pedestal da estátua de José Estêvão ¹⁵	Aveiro	990\$000	3 ×	5 meses	João da Maia Romão e outros ¹⁶	Aveiro
1883.04.25 ¹⁷	Capela ou jazigo de família	Aveiro	1 185\$000	3 ×	7 meses	Margarida Joaquina Sousa Lopes	Aveiro
1883.06.18 ¹⁸	Capela ou jazigo de família	Aveiro	379\$000	3 ×	6 meses	Florinda Rosa de Jesus	Aveiro
1883.11.20 ¹⁹	Casa de habitação própria de um andar ²⁰	Torreira	—	—	—	António J. de Freitas Guimarães	Pardeilhas
1884.02.29 ²¹	Casa de habitação própria de um andar ²²	Torreira	800\$000	2 ×	9 meses	António J. de Freitas Guimarães	Pardeilhas

DATAS	OBJECTO DOS CONTRATOS	LOCAIS	CUSTOS	PAGA	PRAZOS	PROPRIETÁRIOS	RESIDÊNCIAS
1885.01.22 ²³	Casa de habitação própria de um andar	Sá, Aveiro	1 000\$000	3 ×	–	Maria Pereira Borges	Aveiro
1885.04.08 ²⁴	Casa de habitação própria de dois andares	Aveiro	900\$000	3 ×	–	Joaquim Ferreira da Costa	Aveiro
1886.04.04 ²⁵	Capela de Santa Maria Madalena	Taboira	380\$000	3 ×	–	Junta de Paróquia	–
1887.09.10 ²⁶	Um hospital	Alquerubim	4 000\$000	–	3 anos	Domingos Lopes de Oliveira	Alquerubim
1888.10.31 ²⁷	Grande ampliação de casa de habitação	Aveiro	1 100\$000	–	6 meses	Manuel dos Santos Leonor	Troviscal, Anadia
1890.05.17 ²⁸	Casa de habitação própria de um andar	Aveiro	2 820\$000	–	–	João Pedro de Mendonça	Aveiro
1893.09.27 ²⁹	5 casas de um andar e águas furtadas	Aveiro	3 000\$000	4 ×	6 meses	Joana de Jesus Estrela	Porto
1896.09.06 ³⁰	Casa de habitação de um andar	Aveiro	610\$000	4 ×	–	José Maria Lopes de Figueiredo	Aveiro
1902.03.25 ³¹	Acabamento de uma casa já coberta	Aveiro	400\$000	3 ×	6 meses	José Marques Hespauha	Avanca
1903.02.26 ³²	Capela ou jazigo de família	Cacia	465\$000	4 ×	8 meses	P e J. Emídio Rodrigues da Costa	Esgueira
1903.03.10 ³³	Casa de habitação de dois andares e loja	Eixo	4 700\$000	4 ×	18 meses	Calixto Dias Saldanha	Lisboa
1903.03.10 ³⁴	Dois casas de habitação ³⁵	Aveiro	4 000\$000	–	24 meses	João Afonso Fernandes	Q. do Loureiro
1903.06.19 ³⁶	Casa de habitação de um andar e loja	S. Bernardo	1 350\$000	6 ×	12 meses	Dr. Joaquim Simões Peixinho	Aveiro
1903.08.24 ³⁷	Casa de habitação de um andar	Esgueira	1 850\$000	4 ×	16 meses	António Nunes dos Santos	Presa, Aveiro
1904.04.07 ³⁸	Capela ou jazigo de família	Oliveirinha	360\$000	3 ×	–	António Nunes Pereira	Oliveirinha
1904.09.15 ³⁹	Casa de habitação própria de um andar	Aveiro	3 520\$000	5 ×	14 meses	Eduardo Augusto Vieira	Aveiro
1904.11.15 ⁴⁰	Capela ou jazigo de família	Aveiro	1 800\$000	6 ×	18 meses	D. Joana Alexandrina Pereira	Aveiro
1905.02.14 ⁴¹	Capela ou jazigo de família	Murtosa	800\$000	4 ×	–	Carolina Emília Mansa	Pardelhas
1905.04.17 ⁴²	Mausoléu ou jazigo de família	Ouca	80\$000	2 ×	–	João de Oliveira Sérgio	Ouca, Soza
1905.04.19 ⁴³	Casa de habitação	Aveiro	4 000\$000	8 ×	20 meses	Manuel Marques da Silva	Aveiro

DATAS	OBJECTO DOS CONTRATOS	LOCAIS	CUSTOS	PAGA	PRAZOS	PROPRIETÁRIOS	RESIDÊNCIAS
1905.05.02 ⁴⁴	Casa de habitação de um andar ⁴⁵	Esgueira	2 800\$000	3 x	18 meses	Manuel Fernandes da Silva	Lisboa
1905.07.06 ⁴⁶	Casa de habitação de um andar e loja	Sarrazola	1 350\$000	4 x	12 meses	Francisco Manuel Tavares	Sarrazola, Cacia
1905.10.03 ⁴⁷	Carpintaria de uma escola ⁴⁸	Oliveirinha	347\$000	2 x	12 meses	João Tavares de Oliveira	Oliveirinha
1906.01.31 ⁴⁹	Duas moradas de casas conjugadas	Aveiro	9 000\$000	4 x	18 meses	José Moreira Freire	Luanda
1906.03.01 ⁵⁰	Casa térrea de habitação	Oliveirinha	500\$000	3 x	9 meses	Manuel Dinis Novo	Oliveirinha
1906.03.12 ⁵¹	Capela ou jazigo de família	Esgueira	590\$000	3 x	12 meses	Luís Henriques	Esgueira
1906.03.29 ⁵²	Casa de habitação de um andar	Aveiro	7 000\$000	6 x	24 meses	Casimiro B. F. Sanchetti Taveira	Aveiro
1906.04.26 ⁵³	Casa de habitação	Aveiro	2 400\$000	–	18 meses	António da Costa Júnior	Aveiro
1906.11.02 ⁵⁴	Capela ou jazigo de família	Estarreja	300\$000	3 x	9 meses	Manuel Ferreira Condessa	Estarreja
1906.11.16 ⁵⁵	Casa de habitação de um andar	Estarreja	6 000\$000	4 x	24 meses	Manuel Ferreira Condessa	Estarreja
1907.12.14 ⁵⁶	Casa de habitação de um andar	Cacia	1 850\$000	4 x	18 meses	António Lourenço	Cacia
1907.12.30 ⁵⁷	Casa de habitação com suas pertenças	Esgueira	2 400\$000	4 x	12 meses	José António da Silva	Esgueira
1908.01.28 ⁵⁸	Casa de habitação com suas pertenças	Aveiro	750\$000	4 x	–	Bento Rodrigues da Paula	Esgueira
1908.07.28 ⁵⁹	Casa de habitação de dois andares	Aveiro	1 650\$000	3 x	14 meses	José Maria Nunes Branco	Aveiro
1909.09.09 ⁶⁰	Casa de habitação de um andar e loja	Eixo	1 880\$000	3 x	18 meses	Clemente Fernandes da Silva	Eixo
1910.02.23 ⁶¹	Casa de habitação com suas pertenças	Aveiro	1 300\$000	–	–	António Ferrão	Aveiro
1910.01.04 ⁶²	Casa de habitação com sótão	Cacia	1 250\$000	4 x	18 meses	José Jorge de Figueiredo	Lisboa, Cacia
1912.12.31 ⁶³	Casa de habitação de um andar	Cacia	2 000\$000	várias	12 meses	Manuel Pedro Nunes da Silva	Aveiro
1921.12.08 ⁶⁴	Carpintaria de uma casa	Oliveirinha	4 500\$00	–	10 meses	Manuel Gonçalves de Oliveira	Oliveirinha
1923.11.02 ⁶⁵	Capela ou jazigo de família	Sangalhos	7 900\$00	2 x	12 meses	António Vicente Silvério	Sangalhos
1928.08.18 ⁶⁶	Casa de habitação com suas pertenças	Esgueira	35 000\$00	4 x	10 meses	Manuel Dinis	Califórnia

QUADRO VI – MESTRES-DE-OBRAS REFERIDOS NOS DOCUMENTOS NOTARIAIS

DATAS	EMPREITEIROS	PROFISSÕES REFERIDAS	RESIDÊNCIA
1906.04.26	ALELUIA, J. M. de Pinho das Neves	Carpinteiro	Esgueira
1908.07.28	ALELUIA, J. M. de Pinho das Neves	Mestre-de-obras	Esgueira
1912.12.31	ALELUIA, J. M. de Pinho das Neves	Mestre-de-obras	Esgueira
1903.02.26	ALMEIDA, António Ferreira de	Canteiro	Esgueira
1887.09.10	ALMEIDA, Manuel Luís de	Empreiteiro de obras	O. de Azeméis
1906.03.01	ARSÉNIO, António Marques	Carpinteiro	Oliveirinha
1876.05.05	BAETA, Manuel Nunes	Carpinteiro	S. João de Loure
1906.03.12	BARBOSA, Eduardo de Oliveira	Canteiro	Aveiro
1923.11.02	BARBOSA, Eduardo de Oliveira	Negociante e canteiro	Aveiro
1896.09.06	CAIADO, Francisco Gonçalves	Carpinteiro	Aveiro
1886.04.04	CAMPOS, Abílio Pereira	Empreiteiro, artista	Aveiro
1885.01.22	CAMPOS, Abílio Pereira	Carpinteiro	Aveiro
1893.09.27	CAMPOS, Abílio Pereira	Empreiteiro, mestre-de-obras	Aveiro
1885.04.08	CAMPOS, Jerónimo Pereira	Mestre-de-obras	Aveiro
1883.11.20	CAMPOS, João Maria Pereira 1/2	Carpinteiro, artista	Aveiro
1883.11.20	CAMPOS, José Pereira 1/2	Carpinteiro, artista	Aveiro
1869.01.15	CARVALHO Jr., Manuel Marques de	Empreiteiro	Ílhavo
1906.11.02	CARVALHO, António de	Canteiro, empreiteiro	Aveiro
1904.04.07	CARVALHO, António de	Canteiro	Aveiro
1905.02.14	CARVALHO, António de	Canteiro	Aveiro
1877.09.13	CARVALHO, José António de	Carpinteiro	Eixo
1881.01.27	CARVALHO, José António de	Mestre-de-obras	Eixo
1903.03.10	CARVALHO, José Marcos de	Carpinteiro	Aveiro
1905.04.19	CARVALHO, José Marcos de	Carpinteiro	Aveiro
1880.09.06	COSTA JÚNIOR, José da	Carpinteiro	Aveiro
1887.09.10	COSTA, Rosendo da 1/2	Empreiteiro de obras	Beduído
1865.01.05	FERREIRA, António Baptista	Empreiteiro	Sarrazola, Cacia
1905.10.03	GÉNIO, Joaquim Nunes	Carpinteiro	Oliveirinha
1903.08.24	MAIA, Manuel da	Carpinteiro	Esgueira
1905.05.02	MAIA, Manuel da	Carpinteiro	Esgueira
1908.01.28	MAIA, Manuel da	Carpinteiro	Esgueira
1909.09.09	MAIA, Manuel da	Mestre-de-obras	Esgueira
1909.09.09	MAIA, Manuel da	Carpinteiro	Esgueira
1910.01.04	MAIA, Manuel da	Carpinteiro	Esgueira

DATAS	EMPREITEIROS	PROFISSÕES REFERIDAS	RESIDÊNCIA
1903.03.10	NEVES, Francisco António das	Mestre-de-obras	Esgueira
1907.12.30	NEVES, Francisco António das	Carpinteiro	Esgueira
1870.10.16	NUNES, José Pedro	—	Cacia
1904.11.15	OLIVEIRA, António Gaspar de	Canteiro	Aveiro
1903.06.19	OLIVEIRA, João Tavares de	Carpinteiro, proprietário	Oliveirinha
1877.09.09	PEREIRA, António	Canteiro, empreiteiro	Aveiro
1883.04.25	PEREIRA, António	Canteiro, empreiteiro	Aveiro
1883.06.18	PEREIRA, António	Canteiro, empreiteiro	Aveiro
1928.08.18	PINHO, Isafas de	Carpinteiro	Esgueira
1902.03.25	RAMOS, José Baptista	Mestre-de-obras	Sarrazola
1905.07.06	RAMOS, José Baptista	Carpinteiro	Sarrazola, Cacia
1907.12.14	RAMOS, José Baptista	Mestre-de-obras	Sarrazola, Cacia
1881.05.26	RATO, J. Moreira Rato & Filhos	Canteiros	Lisboa
1921.12.08	ROMÃO, António Fernandes	Mestre-de-obras e proprietário	Oliveirinha
1904.09.15	SILVA, António Augusto da	Mestre-de-obras e proprietário	Aveiro
1906.01.31	SILVA, António Augusto da	Mestre-de-obras	Aveiro
1906.03.29	SILVA, António Augusto da	Mestre-de-obras	Aveiro
1876.01.23	SILVA, José Augusto da	Canteiro	Vagos
1869.06.07	SILVA, Leonardo da	Empreiteiro	Aveiro
1856.04.15	SILVA, Luís Bernardo da	Empreiteiro	Porto
1888.10.31	SOUSA, António de	Mestre-de-obras, empreiteiro	Aveiro
1890.05.17	SOUSA, António de	Mestre-de-obras	Aveiro
1906.11.16	VALENTE, M. Joaquim da Silva	Mestre-de-obras	Pardilhó, Murtosa

ANEXO I – EVOLUÇÃO DAS ACTIVIDADES CORRELACIONADAS COM A CONSTRUÇÃO CIVIL, 1905-1930

I. MESTRES-DE-OBRAS

FREGUESIAS DO CONCELHO	NOMES	1905-1910										1911-1920										1921-1930									
		5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0				
Aradas	Manuel Luís Génio																														
Aradas	José Maria Marabuto																														
Aradas	Joaquim dos Santos Neves																														
Aradas	José dos Santos Pereira																														
Aradas	José de Almeida Vidal																														
Aradas	Manuel João Bolais																														
Aradas	Francisco Génio																														
Aradas	Luís Ferreira Balcão																														
Aradas	Manuel Francisco Vaz Novo																														
Aradas	António Simões																														
Aveiro	António Augusto da Silva	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	Manuel H. Carvalho Cristo	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	António de Sousa	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	Máximo Guimarães	*																													
Aveiro	Manuel Tavares	*																													
Aveiro	Manuel Tavares Barbosa	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	Máximo Henriques Oliveira	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	Luís Henriques	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	José Marcos de Carvalho							*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	José Marques Carvalho Jr.							*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	José Maria P. Neves Aleluia								*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	Isaías Albuquerque											*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	Francisco Duarte Carvalho													*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	Tobias Fartura																*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	Elviro da Graça																*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	João do Amaral Fartura																*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Esgueira	José Maria P. Neves Aleluia							*	*	*	*																				
Esgueira	Manuel da Maia	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*																				
Esgueira	Francisco António Neves	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*																				
Esgueira	Augusto Samuel	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*																				

2. CANTEIROS

FREGUESIAS DO CONCELHO	NOMES	1905-1910										1911-1920										1921-1930									
		5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0				
Aveiro	Joaquim Correia dos Santos				*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*			
Aveiro	Eduardo Oliveira Barbosa						*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*			
Aveiro	Manuel dos Reis Canteiro							*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*			
Aveiro	António de Freitas										*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*			
Aveiro	Laurindo Rodrigues Pereira																*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*			
Aveiro	Gaspar de Oliveira																*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*			
Aveiro	Júlio Pereira Campos																*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*			
Aveiro	Armazéns de Aveiro, Lda.																		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*			
Aveiro	José Ferreira		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*		
Aveiro	António Ferreira de Almeida																*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*			

3. MARCENEIROS

FREGUESIAS DO CONCELHO	NOMES	1905-1910										1911-1920										1921-1930									
		5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0				
Aveiro	Ângelo / Jaime Rosa Lima	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	António Oliveira	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	João Francisco Leitão	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	Joaquim Lopes	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	J. Máximo Costa Guimarães	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	José Augusto Ferreira & F. ^{os}	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	Manuel Lemos	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	Francisco Casimiro da Silva																*	*	*	*	*	*	*	*	*	*					
Aveiro	Firmino Fernandes											*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	José Estácio Matias Pinho											*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	Manuel Alves de Brito											*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	Joaquim Alves de Brito											*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	Agostinho Miguéis Picado																*	*	*	*	*	*	*	*	*	*					
Aveiro	Firmino da Costa																*	*	*	*	*	*	*	*	*	*					
Aveiro	Armazéns do Chiado																				*	*	*	*	*	*					
Aveiro	Armazéns de Aveiro, Lda																			*	*	*	*	*	*	*					
Aveiro	Abel Marques da Graça																							*	*	*					
Aveiro	António Santos Silva																							*	*	*					
Aveiro	Francisco Ferreira Jorge																							*	*	*					
Aveiro	João Morais Gamelas																							*	*	*					
Aveiro	Martins & Candeias																							*	*	*					
Aveiro	José Martins																							*	*	*					
Aveiro	José Dilalma Graça																							*	*	*					
Aveiro	Evaristo Reis da Graça																							*	*	*					
Aveiro	Eleutério Ferreira Fonseca																							*	*	*					
Aveiro	João Picado																							*	*	*					
Aveiro	Manuel Mário Leitão																							*	*	*					

4. CARPINTEIROS

FREGUESIAS DO CONCELHO	NOMES	1905-1910										1911-1920										1921-1930									
		5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0				
Aradas	Luís Ferreira Balcão						*		*																						
Aradas	Manuel Francisco Vaz Novo						*		*																						
Eirol	Augusto da Maia																														
Eixo	J. Fernandes Mascarenhas	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Eixo	João Rodrigues Anileiro	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Eixo	José António Carvalho	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Eixo	José Dias Morgado	*																													
Eixo	José Moreira Longo	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Eixo	José Simões Ferreira, Jr.	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Eixo	Manuel Lima	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Eixo	António Rodrigues Lameiro														*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*					
Eixo	Manuel Gaspar																	*	*	*	*	*	*	*	*	*					
Eixo	Manuel Barbosa																									*					
Nariz	Abílio da Costa														*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*					
Nariz	Padro Martins da Costa														*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*					
Oliveirinha	João Joaquim Marques			*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*					
Oliveirinha	António Fernandes Romão						*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*					
Requeixo	António Gaspar Afonso						*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*					
Requeixo	Francisco Fernandes Reis						*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*					
Requeixo	Manuel Gaspar Afonso, Jr.						*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*					
Requeixo	António Augusto Matias						*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*					

5. PINTORES

FREGUESIAS DO CONCELHO	NOMES	1905-1910										1911-1920										1921-1930															
		5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0										
Aveiro	José de Pinho	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	José de Sousa Lopes	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Luís Lau	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Manuel Maria dos Santos	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Elísio Carneiro	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Francisco Gomes	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	João dos Santos Silva	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	José Paulino	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Pompeu Simão	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	João Lima	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	J. F. Barreto, o Vidinha	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Manuel Gonçalves Amorim	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Clemente Couceiro	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	José Gamelas	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Mário Guedes	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Rufino Lopes dos Santos	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Esgueira	Manuel Soares	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Esgueira	António Rodrigues Pereira	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*

6. ESTUCADORES

FREGUESIAS DO CONCELHO	NOMES	1905-1910					1911-1920										1921-1930										
		5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
Aradas	Salvador Torres														*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Manuel M. Raposo & Filhos			*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Joaquim Ferreira Barreto			*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Jerónimo Martins Raposo															*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Francisco Martins Raposo																				*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	João Martins Raposo																			*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Ramiro Martins Raposo																		*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Octávio Marques Carvalho																	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	António Augusto da Silva																	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Carlos Marques																		*	*	*	*	*	*	*	*	*

7. PICHELEIROS

FREGUESIAS DO CONCELHO	NOMES	1905-1910					1911-1920										1921-1930										
		5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
Aveiro	António José Correia																*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*

8. SERRALHARIAS

FREGUESIAS DO CONCELHO	NOMES	1905-1910					1911-1920										1921-1930										
		5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
Aradas	Carlos Miguel Picado, Filho	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Domingos Valente Almeida	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	José M. Gamelas & Irmãos	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	José Trindade & Filhos	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Manuel Ferreira	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Ricardo Mendes da Costa	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Álvaro Albuquerque	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Bernardo Ferreira Fonseca	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Roque Ferreira Patacão	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Manuel Ferreira Patacão	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Adelino da Silva Neto	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Fernando de Almeida	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	João Vicente Ferreira	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Agostinho Miguéis Picado	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	António Hidio	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	João Jerónimo Dias	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	José Simões de Pinho, Jr.	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Mário Augusto de Castro	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*

9. NEGOCIANTES DE MADEIRA POR GROSSO

FREGUESIAS DO CONCELHO	NOMES	1905-1910										1911-1920										1921-1930																
		5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0											
Aveiro	A. Ferreira Félix, Filhos	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Domingos João dos Reis	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Florinda Rosa de Jesus	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Jerónimo Pereira Campos, F.															*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	
Aveiro	Joaquim Martins Melo, Lda.															*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	
Aveiro	Roque Ferreira																																					
Aveiro	Sociedade União Comercial																*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	
Aveiro	Francisco Machado																	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	
Aveiro	Emp. Comércio e Indústria																		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	
Aveiro	Godinhos & C. ^a , Lda.																																	*	*	*	*	
Aveiro	Joaquim Ferreira Félix																																*	*	*	*	*	
Aveiro	João André da Paula Dias																																	*	*	*	*	

10. ESTABELECIMENTOS DE VENDA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

FREGUESIAS DO CONCELHO	NOMES	1905-1910										1911-1920										1921-1930													
		5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0								
Aveiro	António Freitas															*	*						*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Domingos J. Santos Leite														*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Eduardo Oliveira Barbosa															*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Jerónimo Pereira Campos, F.º															*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Empresa Comércio e Indústria																*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	João André da Paula Dias																			*													*	*	

11. FABRICANTES DE ADOBES NO CONCELHO DE AVEIRO, 1905-1930

FREGUESIAS DO CONCELHO	NOMES	1905-1910										1911-1920										1921-1930									
		5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0				
Esgueira	Agostinho de Deus da Loura																														
Esgueira	Elísio Filinto Feio	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Esgueira	Francisco de Pinho	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Esgueira	Joaquim Lopes de Almeida	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Esgueira	João de Oliveira	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Esgueira	José Joaquim de Oliveira	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Esgueira	Manuel Henriques	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Esgueira	Manuel Rodrigues Branco	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Esgueira	Rufino da Costa Grijó	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Esgueira	Anselmo Augusto M. Silva	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Esgueira	Pinho Júnior & Irmão	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Esgueira	Francisco Lopes de Almeida	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Esgueira	José Maria Santos Oliveira	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Esgueira	José da Rita	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Esgueira	Joaquim Rodrigues Branco	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Esgueira	Agostinho Rodrigues	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Esgueira	Ana Júlia Santos Martins	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Esgueira	Ângelo Dias dos Santos	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Esgueira	António Simões Pereira	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Esgueira	João Lopes de Almeida	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Esgueira	Manuel Dias dos Santos	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	António da Costa Júnior	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	João Dias	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	António Joaquim de Pinho	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	Costa Gonçalves & Bola	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	João Simões da Cunha	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	João Simões Instrumento	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	Joaquim Lopes de Almeida	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
Aveiro	João Dias	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				

12. ESTABELECIMENTOS DE VENDA DE FERRAGENS E TINTAS

FREGUESIAS DO CONCELHO	NOMES	1905-1910										1911-1920										1921-1930														
		5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0									
Aveiro	Alberto Rosa	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	A. Ferreira Félix, Filhos	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Domingos L. V. de Almeida	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Domingos J. Santos Leite	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	João Maria Ribeiro Balacó	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Abel Marques da Graça	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Ricardo Mendes da Costa	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	João Vieira da Cunha	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Joaquim Ferreira Félix	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	César Pinho da Cruz	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Sociedade Ferragens e Mercaria	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Ferreira & Guimarães	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Empresa Metalúrgica de Aveiro	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Ricardo Cruz	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aveiro	Dionísio Coelho da Silva	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*

10 de Março de 1903 – Escritura de contrato entre Calisto Dias Saldanha, proprietário, residente em Lisboa, então «temporariamente ausente nos Estados Unidos do Brasil», e o empreiteiro de Esgueira, Francisco António das Neves, para a edificação de uma casa, na rua principal de Eixo. Excerto.

«[...] que neste terreno resolveu edificar uma casa de habitação, de dois andares e loja. Que pela presente escritura [...] dá de empreitada a Francisco António das Neves, a construção do referido prédio, nos terrenos sob as condições e cláusulas que seguem. Primeira – Esta empreitada é de labor e materiais. Segunda – A empreitada compreende, como se disse, a edificação do dito prédio, que será feito segundo a [fl. 28] planta que fica em poder do segundo outorgante [o construtor] até ao fim da obra, e está devidamente rubricada por ele e pelo primeiro outorgante. Terceiro – a obra começará desde já, quando o empreiteiro quiser, e deverá ficar pronta e completamente acabada no prazo de dezoito meses a contar desta data. Quarta – Todos os materiais a empregar serão de boa qualidade e próprios para uma boa construção, reconhecidamente como tais. Quinta – As fundações ou alicerces terão um metro de largura e a profundidade será a precisa até chão sólido, e serão feitos de pedra rija, cal e areia, convenientemente traçada com duas partes de areia e uma de cal. Sexta – As paredes até à cimalha serão de sessenta centímetros de espessura, feitas de adobes de cal e areia no mesmo traçamento, e a cimalha de tijolo, e os arcos de igual matéria. Sétima – As cantarias a empregar, segundo a planta, serão de granito do mais claro e rijo. Oitavo – Todos os chapados, rebocos, tectos serão feitos com cal e areia cirandada, com o mesmo traçamento de duas partes de areia e uma de cal. Nona – Os vigamentos serão de pinho bem seco e serrado nas dimensões de dezassete centímetros por sete centímetros, levando uma ordem de tarugos nas duas salas do lado do torreão, com excepção das águas furta [fl. 28 v.] das, cujos vigamentos serão de quinze centímetros por sete. O madeiramento será de casquinha com as dimensões de onze centímetros por sete, sendo as ripas de casquinha a dois fios; o intervalo do vigamento, de eixo a eixo, será de trinta centímetros para telha de Marselha, de primeira qualidade. Os algerozes serão com telhões vidrados de rebaixo e forrados com zinco do mais grosso. As trapeiras serão de casquinha, a dois fios, de macho-fêmea, e forrados com zinco número dez, tendo tubos de zinco do mesmo número para as águas pluviais. A clarabóia será de ferro com grelhagem de igual matéria na parte inferior e na parte superior, para vidros nacionais, levando na parte interior um caixilho de madeira para vedação da dita casa vidros de cores, para o que o primeiro outorgante fornecerá o desenho. Décima – Os soalhos serão de casquinha de dez centímetros por três, aberto de macho e fêmea em todas as casas e pavimento, à excepção do rés-do-chão, que será feito com cimento de boa qualidade e os tectos fasquiados e cheios de cal e areia. Décima primeira – Os guarnecimentos serão todos de casquinha, sendo as aduelas a três fios, e as guarnições a quatro fios e fasquias em todas as portas e arestas. Os rodapés serão de vinte e um centímetros de altura em todas as casas e de casquinha a três fios. Décima

segunda – As portas serão de casquinha ao meio com almofadas a dois fios, replai [fl. 29] nadas pelas duas faces com machos-fêmeas de balanço de quatro polegadas e fechaduras de embeber com trincos para muletas de porcelana branca, com escudetes altos nas duas faces. Décima terceira – Os casquilhos e aros, estes serão de casquinha à banda com fasquias, e aqueles serão de madeira ao meio de casquinha com réguas para cremones e fichas de armilhar de quatro polegadas com bandeiras de vidros nacionais limpos. Décima quarta – Todas as janelas das frentes serão em três meias, metidas no vão com madeira de casquinha, conceiras em onze centímetros ao meio e almofadadas a dois fios, replainadas por uma face macho-fêmeas de quatro polegadas e fechos de embeber. Estas janelas serão assentes sobre aros de madeira, ao meio, na gola da cantaria. Décima quinta – A escada será feita com cobertores de pinho nacional bem seco, e casquinha a dois fios, com guarda-chapa de casquinha e molduras para corrimão de quatro oitavos de ferro, com três canudos e corrimão de madeira. A escada do torreão será do pinho do segundo andar até seu final, nas mesmas condições da principal. Décima sexta – Todos os canos de esgoto serão feitos com tubos de grés com sifão interceptor, à entrada da propriedade, tendo as retretes bacias Unitas ou Deluge, e pias para as águas na cozinha [fl. 30] lava-louças forradas com zinco número doze, com válvulas para despejo, carvoeira, armário armário e prateleiras na dispensa. Décima sétima – A cantaria da chaminé será igual à das frentes, também escudada, sendo a caldeira forrada de azulejo. Décima oitava – As grades das frentes serão forjadas, à escolha do senhorio, sendo as sacadas, que a planta indica, feitas com vigas de ferro de dez centímetros para betumilha de tijolo e forradas de ladrilho mosaico branco e preto. Os degraus para acesso ao primeiro andar serão de cantaria igual aos da frente. Para as colunas da entrada será fornecido o desenho em natural pelo senhorio. Décima nona – Estuques: sala e casa de jantar serão os tectos com florão, molduras, tabelas e giros. Casas principais: molduras, florão, cantos e giros. Corredores e escadas: tectos lisos, paredes fingidas e pedra com fachas nas duas junções e brunidas a pó de jaspé e colherim. Todas as paredes serão metidas a cores na massa, traços e gregas apainelados. Vigésima – Pinturas: caixilhos pintados com aparelho a quatro mãos de tinta branca; portas interiores e janelas com meias cores, como as cores da parede, com quatro mãos de tinta e uma de verniz. Vigésima primeira – As paredes das frentes serão metidas a cores na massa, à vontade do senhorio, com sobreportas, em harmonia com a fachada da planta, bem como todas as fachas e pilastras que [fls. 30 v.] a mesma indica. Vigésima segunda – Haverá uma fossa impermeável com canos de grés, que a ligação com o sifão interceptor, com vigas de ferro para abobadilha e uma portinhola de chapa de ferro para despejos da dita, que será posta onde melhor convier para benefício da casa, à vontade do proprietário. Vigésima terceira – Haverá um depósito para água, no sótão, o qual será fornecido pelo senhorio, assente em vigas de ferro, onde melhor for. O prédio terá canos de chumbo, para despejos e para o serviço da propriedade, saídas do depósito, e haverá mais um cano de chumbo para conduzir a água

do poço ao depósito que terá torneiras de metal. Levará um pára-raios que será fornecido pelo proprietário, o qual será colocado no centro do torreão. Vigésima quarta – A propriedade será aferrolhada com ferrolhos de ferro para frechiais ou vigas nos três pavimentos, como a planta indica. Vigésima quinta – O empreiteiro fica sujeito a todas estas condições e a obra será fiscalizada por um construtor à escolha do proprietário para a execução da obra conforme a planta apresentada. Se o fiscal encontrar trabalhos feitos que não estejam nas condições deste contrato serão desmanchadas e feitas pelo empreiteiro sem indemnização alguma. Vigésima sexta – Todos os trabalhos serão bem construídos e sólidos para a defesa do empreiteiro. O sótão será estucado e com quatro di [fl. 31 v.] visões com portas, sendo o solho nas mesmas dimensões dos outros pavimentos, de pinho nacional. Haverá canalização para água e gás, sendo a do gás fornecida pelo proprietário, e a da água ramificada com as respectivas torneiras de metal, cuja canalização será de chumbo. A obra será executada nas melhores condições. Os pagamentos serão feitos em quatro prestações, a primeira, de um conto e oitocentos mil réis, neste acto; a segunda, de um conto e duzentos mil réis, quando a casa estiver coberta; a terceira, de um conto e cem mil réis, no primeiro dos estuques, e a quarta e última de seiscentos mil réis, depois de concluída e entregue a obra, depois de previamente aprovada e examinada. Prestações que todas somam quatro contos e setecentos mil réis, que é o preço total da empreitada. Vigésima sétima – A obra será fiscalizada pelo proprietário ou seu mandatário, que poderá entrar nela quando quiser. As ferragens serão escolhidas em harmonia com as amostras apresentadas já ao empreiteiro. Vigésima oitava – antes de a obra ser entregue ao senhorio, será ela vistoriada por três peritos, um nomeado pelo empreiteiro, outro pelo senhorio, e o terceiro, se for necessário, será escolhido pelo acordo dos dois, e os peritos decidirão do merecimento da obra e decidirão as dúvidas e faltas e reclamações [fl. 31] que houver de parte a parte. Se a obra não estiver feita em harmonia com a planta e presente contrato, o empreiteiro será obrigado às reparações e modificações que os peritos determinarem, e ainda sofrerá a multa de duzentos mil réis quando se lhe provar dolo, negligência ou má fé, além daquelas alterações e da conclusão da obra pelo preço estipulado [...].

ADAVR, Aveiro, not. Joaquim Simões Peixinho, liv. 1243-50, fls. 27-31 v.

12. Fontes e Bibliografia

12.1. (ADAVR) Arquivo Distrital de Aveiro

Aveiro, not. F. Ribeiro Nogueira, livs. 445-31, 450-26, 459-35, 460-36.

Aveiro, not. Silvério A. B. de Magalhães, liv. 552-128.

Aveiro, not. João António de Moraes, liv. 678-39.

- Aveiro, not. A. A. Alves Fortuna, livs. 703-64 e 704-65.
 Aveiro, not. F. Marques da Silva, livs. 791-152, 792-153, 794-155, 797-158, 814-175, 816-177, 834-195.
 Aveiro, not. J. Leite Ribeiro, livs. 970-63, 982-75, 991-84, 994-87, 1004-97, 1009-102, 1010-103, 1017-110, 1019-112.
 Aveiro, not. A. A. Duarte Silva, livs., 130-123, 1032-125, 1036-129, 1051-144, 1062-155.
 Aveiro, not. A. D. Pinheiro e Silva, livs., 1082-10, 1087-14, 1089-16, 1095-22, 1096-23, 1101-29, 1103-30, 1113-40.
 Aveiro, not. Severiano Juvenal Ferreira, livs. 1186-6, 1191-11, 1193-13.
 Aveiro, not. J. Simões Peixinho, livs. 1239-12, 1243-16, 1253-26, 1257-30, 1259-32, 1263-36, 1266-39, 1271-44, 1275-48.
 Aveiro, not. B. Faria de Magalhães, liv. 1370-10.
 Aveiro, not. André dos Reis, livs. 1380-20, 1447-87.
 Aveiro, not. Adelino A. S. Fonseca Leal, livs. 1732-67, 1741-76.

12.2. (AHMA) *Arquivo Histórico Municipal de Aveiro*

- Livro dos autos de arrematações da Câmara*, livs. 171, 173, 546.
Actas da Câmara Municipal de Aveiro, livs. 24, 25, 26, 27, 28 e 29.
Livro de balancetes de receita e despesa, liv. 280.
Processos de obras, pastas 1, 2, 3 e 7.
Registo de licenças de construções, 1902-1915, liv. 1466.

12.3. (AHL) *Arquivo Histórico da Luzostela*

- Copiador de correspondência, 1921-1929*.

12.4. *Imprensa local*

- Campeão (O) do Vouga*, 1855 e 1856.
Campeão das Províncias, 1858, 1898, 1903, 1904, 1905 e 1908.
Correio de Vagos, 1907.
O Democrata, 1915.
Distrito de Aveiro, 1908.
Povo (O) de Aveiro, 1894.

12.5. *Fontes impressas*

- Anuario Commercial de Portugal*, 1895, 1905-1930.
 CABIDO, Aníbal Gomes Ferreira (1911) – *Chorographia industrial do concelho de Aveiro. Monografia estatística elaborada na 2.ª Circunscrição dos Serviços Technicos da Industria*, in *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 60.
Código de posturas municipais do concelho de Aveiro aprovado por Acórdão do Conselho do Distrito, de 17.03.1870, Aveiro, 1894.
 GASPAR, João Gonçalves (1995), «A "Memória sobre a Villa de Aveiro", de Pinho Queimado», *Boletim Municipal de Aveiro*, XIII, n.º 25-26, pp. 13-19.
 CERQUEIRA, Eduardo (1982) – «Algumas notas sobre o "Edifício do Governo Civil de Aveiro"», *Aveiro e o seu Distrito*, n.º 30, p. 23-28.
Industria (A) Portuguesa, ano I, n.º 24, 9 de Dezembro de 1899.
 MATOS, José Maria de Melo de (1894) – *Laboratório Marítimo de Aveiro*, Porto: Typographia Occidental.
 SOARES, José (1904) – *A hygiene d'Aveiro. Dissertação inaugural apresentada á Escola Medico-Cirurgica do Porto. Julho de 1904*, Porto: Imprensa Civilização.
 NEVES, Francisco Ferreira (1937), «Memória sobre Aveiro de Pinho Queimado», in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. III, pp. 89-100.

12.6. Bibliografia sobre o tema

- GUERRA, Franklim (1995) – *História da Engenharia em Portugal*, Porto: edição do Autor.
 MENDES, José Amado Mendes (1995) – «Construção Civil e Património Industrial», in *Ingenium. Revista da Ordem dos Engenheiros*, série II, n.º 1, pp. 98-102.
 SILVA, Álvaro Ferreira da (1996) – «A construção residencial em Lisboa: evolução e estrutura empresarial (1860-1930)», *Análise Social*, vol. XXXI (136-137), 1996 (2.º-3.º), pp. 599-629.

12.7. Bibliografia geral

- AMORIM, Inês (1996) – *Aveiro e a sua provedoria no século XVIII (1690-1814). Estudo económico de um espaço histórico*, Coimbra: edição da Comissão de Coordenação da Região Centro.
 BARREIRA, Manuel (1995) – «Os preços e os salários dos ofícios em Aveiro, 1724», *Estudos Aveirenses*, n.º 4, pp. 157-192.
 CATROGA, Fernando (1988) – *A militância laica e a descristianização da morte (1865-1911)*, vol. II, Coimbra.
 MENDES, José M. Amado (1993) – «Etapas e limites da industrialização», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 355-367.
 MOTA, Armôr Pires (1996) – *Oliveira do Bairro. Chão de memórias. Usos e costumes*, Oliveira do Bairro: edição da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro.
 NEVES, António, RODRIGUES, Manuel Ferreira e GRAÇA, Óscar (1997) – *Indications pour une compréhension des manifestations «Arte Nova» à Aveiro: scénographie, modernité et tradition*. Comunicação apresentada no Seminário Luso-Francês sobre História da Arquitectura e do Urbanismo, subordinada ao tema: «As arquitecturas do crescimento», Universidade de Aveiro, 1 de Outubro de 1997 (no prelo).
 RODRIGUES, Manuel Ferreira (1991) – «A azulejaria aveirense 1882-1942. Uma abordagem global», *Boletim da Câmara Municipal de Aveiro* n.º 17, pp. 29-38.
 RODRIGUES, Manuel Ferreira (1995) – «Homem Cristo e o 1.º de Maio em Aveiro, 1899-1912», in *Homem Cristo. O Homem, a obra e o seu tempo. Comunicações apresentadas no Quinquagénario da sua morte*, Aveiro: edição da Câmara Municipal de Aveiro, pp. 71-123.
 RODRIGUES, Manuel Ferreira (1996a) – «As elites locais e a Escola Industrial e Comercial de Aveiro, 1893-1924» e «Francisco Augusto da Silva Rocha, 1864-1957. Professor, arquitecto e Gestor. Achegas para a sua bibliografia», *Boletim Municipal*, Aveiro n.º 23, pp. 9-46 e 47-57.
 RODRIGUES, Manuel Ferreira (1996b) – «Os industriais de cerâmica: Aveiro, 1882-1923», *Análise Social*, vol. XXXI (136-137), pp. 631-682.
 RODRIGUES, Manuel Ferreira (1998a) – *Jerónimo Pereira Campos. Um século na cerâmica de construção* (no prelo).
 SILVA, António Manuel S. P., «Cerâmica tradicional na região de Aveiro: alguns elementos documentais», *Olaria* n.º 1, 1996, pp. 53-77.
 SILVA, Maria João Violante B. Marques da (1991) – *Aveiro Medieval*, ed. da Câmara Municipal de Aveiro.
 URBAIN, Jean-Didier (1997) – «Morte», in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 36, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 381-417.
 VOVELLE, Michel e BERTRAND, Régis (1983) – *La ville des morts. Essai sur l'imaginaire urbain contemporain d'après les cimetières provençaux*, Paris: Centre Nationale de Recherche Scientifique.

NOTAS

* Mestre em História Contemporânea de Portugal. ISCIA, Aveiro.

1. Como mostra o «Regimento e taixa dos carpinteiros e marceneiros», de 1724 (Manuel Barreira, 1995: 157-192).
2. «Escola de Desenho Industrial»; *O Povo de Aveiro*, n.º 791, 22.11.1894, p. 1, c. 5.
3. Álvaro Ferreira da Silva, 1996: 600.
4. José Amado Mendes, 1995: 99.
5. Álvaro Ferreira da Silva, 1996: 608.
6. Jean-Dier Urbain, 1997: 407.

7. Michel Vovelle e Régis Bertrand, 1983. Fernando Catroga, 1988.
8. Entre outros, veja o *Código de posturas municipais* [...], 1894.
9. AHMA, liv. 29, sessão de 11.12.1916, fl. 114. As casas dos bairros pobres, dos pescadores e outros, eram casas térreas (José Soares, 1904: 64). *Sublinhado* meu.
10. AHMA, liv. 173, fls. 23-24 v.
11. António Neves, Manuel Ferreira Rodrigues e Óscar Graça, 1997. Manuel Ferreira Rodrigues, «As elites e a Escola Industrial [...]», 1996: 10-62.
12. AHMA, liv. 29, fls. 115 e 121, sessão de 2.01.1919.
13. «Falta de operários», *Campeão das Províncias*, n.º 5386, 8.10.1904, p. 2, c. 3. Veja, também, o n.º 5352, 11.06.1904, p. 2, c. 3.
14. «Novas edificações», *Campeão das Províncias*, n.º 5497, 8.11.1905, p. 1, c. 3-4.
15. «Aveiro Moderno», *Campeão das Províncias*, n.º 5775, 25.07.1908, p. 2, c. 5.
16. *Ibidem*.
17. «Aveiro Moderno», *Campeão das Províncias*, n.º 5719, 11.01.1908, p. 1, c. 2. Esta casa foi recentemente classificada como «imóvel de interesse público» (Cfr. *Diário da República*, I Série B, n.º 301, 31.12.1997, p. 6893).
18. AHMA, liv. 28, sessão de 12.11.1909, fl. 172.
19. Manuel Ferreira Rodrigues, 1995: 94-97.
20. AHMA, liv. 24, fl. 27 v.
21. AHMA, liv. 1466, Setembro de 1909.
22. AHMA, Processos de obras, Pasta 3, *Requerimentos de Agosto de 1920*.
23. ADAVR, Aveiro, liv. 1253-26, fls. 45-46 v., 15.11.1904 e 2.11.1906 e de 16.11.1906.
24. Cfr. Manuel Ferreira Rodrigues, 1996a: 47-57.
25. *Distrito de Aveiro*, 19.03.1908, p. 2.
26. «Obras», *Campeão das Províncias*, n.º 4756, 9.03.1898, p. 3, c. 2.
27. *Campeão das Províncias*, n.º 5219, 21.02.1903, p. 1. Sobre este edifício, veja, também, Eduardo Cerqueira, «Algumas notas sobre o "Edifício do Governo Civil de Aveiro"», *Aveiro e o seu Distrito*, n.º 30, 1982, pp. 23-28.
28. ADAVR, Aveiro, liv. 1732-67, fls. 51-52 v.
29. Cfr. AHMA, liv. 171: fls. inums.
30. Em 1876, Francisco Rodrigues da Graça, «carpinteiro e proprietário» é o fiador de um outro (ADAVR, Aveiro, liv. 1004-97, fls. 18 v.; liv. 1370-10, fls. 27-29 v.).
31. AHMA, liv. 1466.
32. ADAVR, Aveiro, liv. 1275-48, fls. 21 v.-23.
33. Parece ser o caso da reparação na Capela de Taboeira.
34. ADAVR, Aveiro, liv. 459-35, fls. 2.
35. ADAVR, Aveiro, liv. 1243-16, fls. 31 v.-33.
36. ADAVR, Aveiro, liv. 1370-10, fls. 27-29 v.
37. ADAVR, Aveiro, liv. 1370-10, fls. 27-29 v.
38. Manuel Ferreira Rodrigues, 1995: 94-107.
39. *O Campeão do Vouga*, 21.04.1855, p. 3 e 2.06.1855, p. 4.
40. *O Campeão do Vouga*, 23.01.1856, p. 3.
41. Francisco Ferreira Neves, 1937: 96. João G. Gaspar, 1995: 16.
42. AHMA, liv. 280, 30.06.1860, fls. 30, 31 e 49.
43. Aníbal G. F. Cabido, 1911: 3. Em 1859, a Junta Administrativa das Obras da Barra comprou 1.417, 5 m² de terreno, «para a exploração da pedreira» (AHMA, liv. 546, reg.º 7).
44. AHMA, liv. 173, fls. 19 v.-21 v.
45. AHMA, liv. 171, «Auto de arrematação do fornecimento da pedra de Outil para a construção de um chafariz no largo do Espírito Santo [Cinco Bicas], seu aparelho e assentamento pela quantia de \$430 réis», 2.11.1879, fls. 74-75 v.
46. ADAVR, Aveiro, liv. 991-84, fls. 20-20 v.
47. AHMA, liv. 173, fls. 23-24 v.
48. Inês Amorim refere até a saída de «achas», pela Barra de Aveiro, em direcção a Lisboa, para alimentar a breve existência da Fábrica de Vidros de Coína (Inês Amorim, 1996: 428).
49. Maria João Violante B. Marques da Silva, 1991: 45.
50. *Ibidem*.
51. Ver tabela de preços, por exemplo, no *Campeão das Províncias*, n.º 4783, 18.06.1898, p. 4, c. 2.
52. José Soares, 1904: 64.
53. Arquivo Histórico da Luzostela, *Copiador*, fl. 51. Carta de 24.09.1921.
54. ADAVR, Aveiro, liv. 704-65, fl. 78 v., 20.11.1883.
55. Amorim Pires Mota, 1996: 13.
56. AHMA, liv. 173, fls. 21 v.-22 v. O auto de arrematação fornece elementos para a compreensão da forma como era comercializada e utilizada a cal.

57. Manuel Ferreira Rodrigues, 1998a. Veja António M. S. P. Silva, 1996: 53-77 e Inês Amorim, 1996: 428-429.
58. «A indústria portuguesa», *O Democrata*, n.º 351, 1.10.1915, p. 3.
59. No texto escreveu-se Portlano em vez de Portland (ADAVR, Aveiro, liv. 703-64, fls. 84 v., de 7.04.1904).
60. *Correio de Vagos*, n.º 5, 26.09.1907, p. 3, c. 5.
61. Franklin Guerra, 1995: 241-242.
62. *Ibidem*. Gil Braz de Oliveira diz que o forno começou a trabalhar em 1890 (cfr. Gil B. de Oliveira, *apud* José M. Amado Mendes, 1993: 364).
63. Franklin Guerra, 1995: 244-245.
64. «O betão armado. Systema Hennebique», *A Industria Portuguesa*, ano I, n.º 24, 1899, pp. 403-404.
65. *Campeão do Vouga*, 11.08.1858, p. 4, c. 1. Neste edifício, erigido por Sebastião de Carvalho Lima, funciona, ainda hoje, a Assembleia Distrital.
66. Manuel Ferreira Rodrigues, 1991: 29-38.
67. Manuel Ferreira Rodrigues, 1996b: 631-682.
68. ADAVR, Aveiro, liv. 1370-10, fls. 27-29 v., 19.06.1903.
69. ADAVR, Aveiro, liv. 792-153, fls. 18-20.

NOTAS DO QUADRO V

1. Arquivo Distrital de Aveiro (ADAVR), Aveiro, liv. 970-63, fls. 54 v.-56 v.
2. Liv. 982-75, fls. 24 v.-25 v.
3. Liv. 678-39, fls. 48 v.-50. «A obra compreende a grande reparação da Igreja da Oliveirinha, aumento do corpo da capela-mor, demolição e feitura da torre, tudo soalhado, coberto, telhado e acabado [...] à excepção guarda vento, gradeamentos do coro, do púlpito e dos altares, tribunas e estuque, o que tudo será feito pela Junta».
4. Liv. 450- , fls. 6 v.-7 v.
5. Liv. 994-87, fls. 42 v.-43 v.
6. Liv. 1004-97, fls. 18 v.
7. Liv. 455-31.
8. Carpintaria, rebocos e caiações.
9. Liv. 1009-102, fls. 24-25 v.
10. Liv. 1009-102, fls. 26-27. O proprietário forneceu todos os materiais e a mão de obra.
11. Liv. 1010-103, fls. 53 v.-54. O referido comerciante era apenas o arrendatário da loja. O construtor fornecia «todos os materiais inclusive ferragens e pintura».
12. Liv. 1017-110, fls. 34-34 v. A Quarta prestação seria paga «depois da obra aprovada».
13. Liv. 1019-112, fls. 32-32 v. «[...] sendo à custa do dona da obra, bem como serão à sua custa todos os materiais que forem necessários».
14. Liv. 1019-112, fls. 54 v.-55.
15. Em mármore lioz de Pêro Pinheiro e da melhor qualidade, sem manchas, toda brunida e posta na estação do caminho de ferro.
16. João da Maia Romão, Pedro António Marques e Domingos José dos Santos Leite formavam a Comissão Promotora do monumento a José Estêvão.
17. Liv. 703-64, fls. 83 v.-85 v.
18. Liv. 459-35, fls. 1-3.
19. Liv. 704-65, fls. 78-79 v. Esta escritura ficou incompleta e sem efeito.
20. Casa construída sobre as ruínas de um velho palheiro.
21. Liv. 130-123, fls. 37-38 v.
22. No andar térreo funcionaria uma taberna.
23. Liv. 460-36, fls. 14 v.-16 v.
24. Liv. 1032-125, fls. 1 v.-2 v.
25. Liv. 1186-6, fls. 15 v.-16 v.
26. Liv. 1036-129, fls. 47-48.
27. Liv. 1191-11, fls. 8 v.-10.
28. Liv. 1193-13, fls. 23-23 v.
29. Liv. 1051-144, fls. 39 v.-41 v.
30. Liv. 1062-155, fls. 16 v.-19 v.
31. Liv. 1239-12, fls. 19 v.-21.

32. Liv. 1243-76, fls. 13 v.-15.
33. Liv. 1243-16, fls. 31 v.-33.
34. Liv. 1243-16, fls. 31 v.-33.
35. Apesar de ser um único edifício, o construtor teria de construir duas casas separadas.
36. Liv. 1370-10, fls. 27-29 v.
37. Liv. 1082-10, fls. 29 v.-31 v.
38. Liv. 1087-14, fls. 2-3 v.
39. Liv. 1089-16, fls. 4 v.-6 v.
40. Liv. 1253-26, fls. 45-46 v.
41. Liv. 791-152, fls. 32-33.
42. Liv. 1257-30, fls. 27-28.
43. Liv. 792-153, fls. 18-20.
44. Liv. 792-153, fls. 29 v.-31.
45. Além da casa, teria de construir um coberto e um poço com o diâmetro de 2,64 m.
46. Liv. 1259-32, fls. 27 v.-29.
47. Liv. 794-155, fls. 39-40 v.
48. Trata-se de uma subcontratação. O primeiro arrematou a construção da escola primária de Oliveirainha, e deu de empreitada ao segundo a realização dos trabalhos de carpintaria.
49. Liv. 1095-22, fls. 9-11 v.
50. Liv. 1263-36, fls. 30 v.-32 v.
51. Liv. 797-158, fls. 28 v.-30.
52. Liv. 1096-23, fls. 1 v.-3 v.
53. Liv. 797-158, fls. 48 v.-50.
54. Liv. 1266-39, fls. 16-17 v.
55. Liv. 1266-39, fls. 19 v.-21 v.
56. Liv. 1271-44, fls. 31 v.-33.
57. Liv. 1101-29, fls. 29-30. Esta empreitada seria interrompida por morte do empreiteiro (Cfr. liv., 1275-48, fls. 21 v.-23).
58. Liv. 1103-30, fls. 18-19.
59. Liv. 1380-20, fls. 26-28 v.
60. Liv. 814-175, fls. 35-36 v.
61. Liv. 1113-40, fls. 29 v.-30 v.
62. Liv. 816-177, fls. 4 v.-6.
63. Liv. 834-195, fls. 39 v.-41.
64. Liv. 1447-87, fls. 17-18 v.
65. Liv. 552-128, fls. 67-69.
66. Liv. 1741-76, fls. 83-85.